



ACTA Nº04.13
Reunião de 20.12.13
XI Mandato

Aos vinte dias do mês de dezembro do ano 2013, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no Salão Nobre do Edifício Sede do Município realizou-se uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 - **Designação de representante (Presidente de Junta) para a Comissão Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Barreiro e Moita;**
- 2 - **Designação de quatro cidadãos para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Moita;**
- 3 - **Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico – Proposta de desvinculação;**
- 4 - **Reestruturação Orgânica dos Serviços Municipais;**
- 5 - **Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2014;**
- 6 - **Mapa de Pessoal do Município para o ano de 2014;**
- 7 - **Atos da Câmara.**

Verificação de ausências:

- Verificou-se a ausência de Fernando Alves Fernandes Gaio.

Substituições verificadas e presentes ao plenário da Assembleia Municipal:

- Henrique Luís Gonçalves Batista, é substituído nesta sessão por Ana Paula da Ponte Candeias;
- Fernanda Nunes de Oliveira Gaspar, é substituída nesta sessão por Francisco da Conceição Feio;
- Leonel Borges Paes Esteves, é substituído nesta sessão por Luís Alcino Rodrigues Barata;
- Fabrício António de Sousa Pereira, é substituído nesta sessão por Ana Isabel Correia dos Santos;
- Cátia Cristina Pereira Tavares, é substituída nesta sessão por Fernando Alves Fernandes Gaio;
- Luís Manuel de Oliveira Morgado, é substituído nesta sessão por Carmem Maria de Mira Mafra.

Em virtude da 1ª Secretária Fernanda Nunes de Oliveira Gaspar ter pedido a sua substituição nesta sessão foi solicitado pela Mesa da Assembleia que João Daniel Baião de Brito Apolónia fizesse parte da composição da mesma. Esta proposta foi colocada à consideração pelo Presidente, tendo sido aprovada, por maioria, com uma abstenção do PS. O membro acima mencionado ocupou o lugar como 2º secretário.

Registaram-se as presenças dos seguintes Membros do Executivo da Câmara Municipal:

Sr. Presidente da Câmara Rui Manuel Marques Garcia e os Srs. Vereadores Manuel Galvoeira Borges, Daniel Vaz Figueiredo, Vivina Maria Semedo Nunes, Vítor Simão Duarte, João Miguel da Silva Romba, Joaquim Inácio Raminhos Cabaça e Edgar Manuel de Almeida Cantante.

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Pediram para intervir os seguintes cidadãos:

Sr^a. Teresa Santos

Veio em representação da Delegação da Moita da Ordem dos Advogados para falar e alertar para a problemática da desqualificação do Tribunal Judicial da Moita. Há cerca de um ano e meio a esta parte o Ministério da Justiça tem vindo a apresentar um novo desenho do mapa judiciário o qual implica uma desqualificação do Tribunal da Moita que, atualmente, tramita e julga todos os processos de natureza civil e criminal que tenham origem no Concelho e, de acordo com a nova proposta, será retirada ao Tribunal a valência criminal que é a que acarreta um maior volume processual. A verificar-se esta alteração, todo e qualquer processo de natureza criminal que tenha origem no concelho da Moita será necessariamente julgado no Tribunal do Barreiro ou no Tribunal de Almada, com tudo o que isso implicará com a deslocação dos munícipes da Moita que tenham de intervir, quer como testemunhas quer como arguidos. O Tribunal da Moita ficará apenas e só com a parte dos processos de natureza civil do Concelho da Moita, o do Barreiro com processos até ao valor de € 50.000,00, e todos os que ficarem acima desse valor serão julgados apenas no Tribunal de Almada, bem como todas as execuções que tenham origem aqui no concelho da Moita deixarão de ser aqui julgadas para serem julgadas em Almada.

Obviamente que a Delegação considera esta proposta inconcebível porque o Tribunal da Moita tem meios humanos e físicos que conseguem acautelar a aplicação da justiça em tempo e em modo perfeitamente razoável, pelo que não faz qualquer sentido que uma pessoa que tenha um problema e que precise apresentar uma queixa, tenha de se deslocar para um concelho limítrofe como o Barreiro ou em último caso para Almada para ver o seu problema resolvido.

Referiu o protesto ocorrido hoje em frente ao Tribunal e que contou com uma adesão significativa, quer de colegas quer de munícipes, e pretendem alertar a autarquia e continuar a contar com o seu apoio nesta luta, que não é dos advogados mas de todos, porque os advogados hoje exercem na Moita mas amanhã poderão exercer noutro lado, enquanto os munícipes que aqui residem vão ter necessariamente transtornos nas suas vidas.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Referiu a jornada de hoje contra o “encerramento” do Tribunal da Moita, uma vez que isto é o princípio do objetivo que é o encerramento, e informou que deu hoje entrada uma Moção sobre esse assunto.

PERÍODO ANTERIOR À ORDEM DO DIA

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Informou que as comissões e representações da Assembleia Municipal já se encontram todas constituídas, a saber:

- Comissão de Análise do Regimento:

Coordenada pelo Presidente da Assembleia Municipal, Sr. João Manuel de Jesus Lobo, da CDU, e composta pela Sr^a Fernanda Nunes de Oliveira Gaspar, da CDU, Sr. Luis Fernando Marta Ribeiro Chula, do PS, Sr. Luis Manuel de Oliveira Morgado, do BE, e Sr. Carlos Alexandre Carvalho Cardoso, do PSD;

- Comissão de Administração, Finanças e Recursos Humanos:

Coordenada pelo Sr. Luis Fernando Marta Ribeiro Chula, do PS, e composta pelo Sr. João Manuel de Jesus Lobo, Sr. Vicente José Rosado Merendas, Sr. João Daniel Baião de Brito Apolónia e Sr. Henrique Luis Gonçalves Batista, da CDU, Sr. Fabrício António de Sousa Pereira, do PS, Sr. Luis Manuel de Oliveira Morgado, do BE, e Sr. Carlos Alexandre Carvalho Cardoso, do PSD;

- Comissão de Cultura, Educação, Desporto e Juventude:

Coordenada pela Sr^a Fernanda Nunes de Oliveira Gaspar, da CDU, e composta pelo Sr. Eduardo Jorge Meruje Teixeira, Sr^a Cátia Cristina Pereira Tavares e Sr^a Mónica Alexandra da Silva Vilhana Ribeiro, da CDU, Sr^a Filomena Maria da Silva Magalhães Ventura e Sr. Carlos Edgar Rodrigues Albino, do PS, Sr. Luis Manuel de Oliveira Morgado, do BE, e Sr. Carlos Manuel Pereira Gonçalves, do PSD;

- Comissão de Obras, Ambiente e Serviços Urbanos:

Coordenada pelo Sr. João Pedro Vaz Figueiredo, da CDU, e composta pela Sr^a Maria Cristina da Silva Martins, Sr. João Daniel Baião de Brito Apolónia e Sr^a Fernanda Nunes de Oliveira Gaspar, da CDU, Sr. Carlos Edgar Rodrigues Albino e Sr. Miguel Ângelo Roberto dos Santos Jorge, do PS, Sr. António Augusto Jordão Chora, do BE, e Sr. Carlos Alexandre Carvalho Cardoso, do PSD;

- Comissão de Planeamento e Urbanismo:

Coordenada pelo Sr. Manuel Nunes Marques, da CDU, e composta pelo Sr. João Pedro Vaz Figueiredo, Sr^a Tânia Sofia dos Anjos Ribeiro e Sr. Leonel Borges Paes Esteves, da CDU, Sr. Staline de Jesus Rodrigues e Sr^a Maria Dulce Maia Marques, do PS, Sr. António Augusto Jordão Chora, do BE, e Sr. Carlos Manuel Pereira Gonçalves, do PSD;

- Comissão de Desenvolvimento Económico e Social:

Coordenado pelo Sr. João Carlos Alves Faim, da CDU, e composta pelo Sr. João Manuel de Jesus Lobo, Sr. José António Soares Pereira e Sr^a Tânia Sofia dos Anjos Ribeiro, da CDU, Sr. Miguel Ângelo Roberto dos Santos Jorge e Sr. José Augusto Ribeiro Moura, do PS, Sr. António Augusto Jordão Chora, do BE, e Sr. Carlos Manuel Pereira Gonçalves, do PSD.

Informou ainda que ao nível dos conselhos municipais também já se encontram indicados os representantes da Assembleia Municipal, a saber:

- Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos do Concelho da Moita:

Sr. Hélder Lobo, Sr. Carlos Picanço dos Santos, Sr^a Idalina Pedaço, Sr^a Ana da Ponte Candeias e Sr. Fernando Gaio, pela CDU, Sr. António dos Santos Baleiras, Sr. Mário Manuel da Cruz Batista e Sr. António Eduardo Gomes Duarte, pelo PS, Sr. Faustino Tarouca de Almeida Júnior, pelo BE, e Sr. Carlos Alberto Honrado Reis, pelo PS;

- Conselho Municipal de Educação (por deliberação da Assembleia):

Membro Efetivo – Sr. João Manuel Vasques Miguel (Presidente da Junta de Freguesia da Moita);

Membro Suplente – Sr. Manuel Joaquim Rafael de Almeida Graúdo (Presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros);

- Comissão Municipal de Toponímia:

Sr^a Tânia Sofia dos Anjos Ribeiro, pela CDU, Sr. Staline de Jesus Rodrigues, pelo PS, e Sr. Luis Manuel de Oliveira Morgado, pelo BE;

- Conselho Taurino da Moita (por deliberação da Assembleia):

Sr. Henrique Luís Gonçalves Batista.

Informou que estas e outras informações passarão a estar disponíveis na página da internet da Câmara Municipal da Moita, através do acesso à Área Reservada da Assembleia Municipal, devendo utilizar a *password*, pessoal e intransmissível, facultada hoje a todos os membros da Assembleia Municipal.

Deu conhecimento que deram entrada na mesa da assembleia:

- uma moção apresentada pela CDU designada “Em Defesa do Tribunal da Moita. Contra a desqualificação de valências”;
- um voto de pesar apresentado pelo PS pelo falecimento de Nelson Mandela;
- uma proposta apresentada pelo PS para descentralização de sessões da Assembleia municipal;
- uma moção apresentada pela CDU intitulada “Funções Sociais do Estado”.

Nesta altura deu a palavra aos membros da Assembleia Municipal que pretendessem intervir.

Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Moita, João Miguel

Na qualidade de representante da Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Educação da Moita, prestou informação sobre a reunião do CMEM realizada no passado dia 12/12/2013.

Assim, informou da composição do CMEM bem como deu conhecimento que dos dez centros para a qualificação e ensino profissional aprovados para o distrito de Setúbal, que vêm substituir os antigos

Centros de Novas Oportunidades, dois irão funcionar no concelho da Moita, sendo um na Escola Secundária da Moita e outro na Escola Técnica Profissional da Moita, prevendo-se que entrem em funcionamento em janeiro.

Relativamente à Ordem de Trabalhos informou que ficaram agendadas as reuniões para o ano de 2014 (06/03, 19/06, 25/09 e 04/12), foram ratificadas a proposta do Plano de Transportes Escolares, em que existem 23 percursos para acesso às escolas, e a proposta de Ação Social Escolar 2013/2014, para os apoios dados no âmbito do escalão A e B, e um último ponto sobre a Carta Educativa que vai entrar em fase de revisão, estando neste momento a serem recebidas informações e dados para atualização.

Sr. Presidente da União das Freguesias de Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Nuno Cavaco

Em primeiro lugar, e na sequência do assunto abordado pela Delegação da Ordem dos Advogados, considera que está a ser travada uma justa luta, neste e noutros concelhos, que tenta evitar mais um crime que estão a fazer às populações e ao nosso país, que é arrumar os serviços de justiça de proximidade dos tribunais, dificultando o acesso à justiça consagrado na Constituição e que resultará em graves prejuízos para todos. Valorizou a participação dos advogados do nosso concelho nesta luta, que junto da população, dos autarcas e de alguns membros desta Assembleia convidaram este governo a ir embora e repudiaram estas ideias que transformam os nossos serviços públicos em serviços dos anos 40.

Em segundo lugar pretende falar do processo de privatização dos CTT e do encerramento das lojas e estações, processo esse que ninguém percebe. Questionado o Governo sobre o porquê de ser este ou aquele posto e qual era o objetivo não respondem, questionada a Administração respondem que é assim porque tem de ser, é portanto uma falta de respeito por quem deviam servir, que visa beneficiar o alto capital financeiro. Considera por isso que devia haver aqui novamente um voto de repúdio a esta política e a este desrespeito pelas populações, razão pela qual vão continuar a luta, e informou que sempre que têm reuniões com a Administração dos CTT dizem que é necessário abrir a estação de correios da Baixa da Serra, é necessário dar condições aos trabalhadores e é necessário defender aquele serviço postal.

Concluiu fazendo uma referência à venda dos estaleiros navais de Viana do Castelo: privatiza-se uma empresa estratégica nacional porque dizem ter alguns problemas financeiros e entrega-se a empresa de “mão beijada em bandeja de ouro” a uma empresa falida, que não tem condições legais para a receber porque tem dívidas à segurança social e às finanças, e é assim?

Sr^a Filomena Ventura do PS

Começou por agradecer ao Presidente da Junta de Freguesia da Moita pela informação prestada, atendendo a que foi mandatado para representar a Assembleia no Conselho Municipal de Educação, e também quis agradecer ao Presidente da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira pelo seu desabafo e sentir emocional, porém gostava de perceber o âmbito da sua intervenção uma vez que não foi a defesa de uma moção nem uma recomendação, foi uma intervenção, por isso não entende muito bem em que função o fez. Referiu ainda que não pôde estar esta manhã no protesto por motivos profissionais, mas que obviamente a alteração do mapa judiciário é uma situação que acompanha.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Esclareceu que no período anterior à ordem do dia qualquer membro desta assembleia pode fazer a intervenção que considerar de melhor mérito e presume que terá sido nesse contexto.

Em seguida foi apresentada, pela CDU, a seguinte **Moção**:

Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Moita, João Miguel, da CDU

Antes de iniciar a leitura da moção quis acrescentar uma ideia ou duas uma vez que, como disse e bem o Presidente da União das Freguesias de Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Nuno Cavaco, têm-se vindo a encerrar uma série de serviços, de que são exemplo disso as estações dos correios, vai-se falar agora do tribunal, mas também recentemente encerraram juntas de freguesia no concelho da Moita, também recentemente ficámos sem os postos de atendimento relativamente à EDP, e assim sucessivamente. A população do concelho está a ser muito prejudicada com estas medidas de encerramento sistemático de atendimentos de proximidade, e isto é um roubo que se está a fazer ao exigir à população que gaste mais dinheiro para se deslocar quilómetros para tratar de um simples papel.

Passou à leitura da moção:

“Em Defesa do Tribunal da Moita. Contra a desqualificação de valências

Com a Lei da Organização do Sistema Judiciário nº62/2013 de 26 de Agosto, o Governo assumiu claramente a reorganização judiciária como instrumento de reconfiguração da orgânica dos tribunais, da sua estruturação interna e distribuição territorial, visando novas e acrescidas limitações à independência dos tribunais, fundando-a na procura de poupança de encargos do Estado, tudo à custa dos direitos dos cidadãos e da coesão social e territorial.

A nova lei trouxe desequilíbrios relativos à estruturação interna do poder judicial e, na lógica do ataque às funções sociais do Estado, desqualificou e desvalorizou o tribunal judicial da Comarca da Moita.

A luta pela defesa do acesso à justiça enquanto direito fundamental constitucionalmente consagrado, que implica uma real proximidade entre as populações e os Tribunais que as servem, travou em muitas zonas do país e também no concelho da Moita, aquela que teria sido ou poderá ser a decisão de encerramento de um tribunal.

Trata-se de uma clara opção política, reduzindo ao mínimo o Tribunal Judicial da Moita, tornando-o subalterno da Comarca de Lisboa que passa a integrar como secção de competência genérica em matéria cível, do Tribunal Judicial de Almada, para o qual perde competências em matéria criminal ou em matéria de execução, ou para o Tribunal do Barreiro em matéria de comércio, de trabalho, de família e de menores.

Com estas medidas, afastam-se os cidadãos do Tribunal que, justamente, a população reivindicou para o exercício da justiça, deslocaliza-se para Almada, Lisboa e Barreiro e, à redução do Apoio Judiciário e aumento das custas judiciais, juntam-se agora fenómenos de denegação de um direito fundamental imprescindível à paz social, à liberdade, ao Estado de direito e à democracia.

A Assembleia Municipal da Moita, reunida a 20 de Dezembro de 2013, delibera:

- 1 – Manifestar a sua solidariedade aos profissionais da justiça, aos magistrados do Tribunal e reafirmar o seu empenhamento total no Estado de Direito Democrático;
- 2 – Defender as funções sociais do Estado e rejeitar todas as medidas governamentais que minorizem, de qualquer forma, a qualidade de vida que a população do concelho da Moita merece;
- 3 – Exigir os direitos que a Constituição da República Portuguesa consagra.”

Submetida a moção a votação foi a mesma **aprovada** por maioria com vinte e oito votos a favor, sendo dezoito da CDU, oito do PS, dois do BE; duas abstenções do PSD.

O PSD apresentou a seguinte declaração de voto:

Declaração de Voto do PSD apresentada pelo Sr. Carlos Gonçalves

Começou por referir que embora consigam ver a bondade da posição da CDU e da luta que pretende encetar, daí a abstenção, consideram que do seu lado a luta é um pouco diferente. Muito embora concordem, será junto da comissão parlamentar e dos deputados eleitos pelo seu partido neste distrito, que farão chegar as preocupações da CDU e também as suas, para que sejam eles a ter uma ação junto da comissão parlamentar para que não sejam perdidas valências do Tribunal da Moita.

Em seguida foi apresentado, pelo PS, o seguinte **Voto de Pesar**:

Sr^a Ana Isabel Correia dos Santos do PS

“Voto de Pesar

Partiu, de entre nós, um símbolo proeminente da luta pela liberdade e pelos direitos cívicos do homem. Teve um percurso impar na sua vida, nas suas decisões, na forma de estar e de combater pelos seus ideais.

Foi um líder que nunca se rendeu aos regimes totalitaristas, sempre fiel a si próprio. Foi o expoente máximo da revolta contra o racismo, a opressão e a injustiça.

Quando entrou na Universidade para estudar direito, envolveu-se activamente no movimento anti-apartheid inscrevendo-se no ANC (Congresso Nacional Africano) em 1942. Sete anos mais tarde, tendo como objetivo a luta pela plena cidadania, a redistribuição da terra, direitos sindicais, educação gratuita e obrigatória para todas as crianças, o ANC adoptou oficialmente os métodos de boicote, greve, desobediência civil e não-cooperação.

Foi preso com a acusação de ter participado na fomentação de greves e por ter viajado de forma ilegal para outros países. Foi condenado a prisão perpétua em 1967. Em 1985 teve oportunidade de sair da prisão, mas recusou por não aceitar a dissolução da luta armada, que ele incentivada como forma de luta à discriminação racial e social.

Finalmente, em 1990, Mandela foi libertado e ganhou o Prémio Nobel da Paz em 1993. Em 1994 foi eleito como primeiro Presidente da África do Sul democrática. Cumpriu um único mandato e quando sentiu que a sua missão estava cumprida deixou o poder sem qualquer apego e com o sentido de dever cumprido.

Mandela é uma fonte inesgotável de inspiração para quem defende a democracia, a justiça, a igualdade e o progresso social. A sua palavra era a de perdoar, não de retaliar. Defensor incomparável de uma democracia fraterna e livre que transcendesse as etnias, os credos e as diferenças sociais.

Afirmou: “*sou Mestre do Meu Destino, Capitão da Minha Alma*” e ainda “*Onde quer que haja pobreza e doença, onde quer que os seres humanos estejam a ser oprimidos, há trabalho a fazer.*”

Pela singularidade da sua vida e pelos valores que nos deixou, a Assembleia Municipal da Moita reunida a 20 de Dezembro de 2013, aprova um Voto de Pesar pelo desaparecimento físico de um dos Grandes da Humanidade, sempre livre dentro ou fora das grades.”

Colocado o voto de pesar à discussão intervieram os seguintes membros:

Sr. Vicente Merendas da CDU

Nelson Mandela justifica um voto de pesar. Nelson Mandela justifica uma saudação pela luta firme e determinada que dedicou durante toda a sua vida ao seu povo. Neste sentido a bancada da CDU, além de estar de acordo com o voto de pesar propõe um minuto de silêncio em homenagem a Nelson Mandela.

Sugeriu ainda que no final do 4º parágrafo do voto de pesar onde diz: "(...) forma de luta à discriminação racial. (...)” fosse acrescentado – e *social*.

Sr. Manuel Marques da CDU

Congratula-se com a iniciativa do PS em trazer este voto de pesar à Assembleia e não tem nada que o impeça de votar. Mas, como em tudo na vida, as coisas têm nome. Teve o grato prazer de ter sido convidado para uma conferência internacional anti-apartheid que se realizou em Lisboa, poucos anos após o 25 de abril, e lá lutava-se contra a exploração da maioria negra que era feita por meia dúzia de brancos, e infelizmente este documento não o diz. Deveria dizer que a grande luta de Nelson Mandela foi contra o regime do apartheid, contra a opressão dos povos, porque ele era pela liberdade dos povos. Sugeriu que o PS considerasse introduzir que a luta de Nelson Mandela foi contra o apartheid.

Sr. Presidente da União das Freguesias de Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Nuno Cavaco

Pretende complementar, na sua opinião, as duas intervenções anteriores. Considera que o Nelson Mandela lutava pouco contra alguma coisa, lutava era a favor de outras. Nelson Mandela era um socialista que lutava todos os dias para implementar uma sociedade mais justa, uma sociedade que combatia a exploração e a opressão, uma sociedade que alguns têm vergonha e colocaram na gaveta mas que ele dizia que era o sonho do homem e que prosseguia. Congratula-se com o voto de pesar e vai votar favoravelmente, mas acha que deviam dizer que ele era um socialista, lutava pelo socialismo, por uma sociedade sem amos, onde pretos, brancos, azuis e amarelos tinham os mesmos direitos, onde podiam crescer, ser felizes e não serem explorados. Se virmos a história de Nelson Mandela verificamos que é uma história de afetos, com muita gente que era apontada como terrorista como ele. Era um revolucionário e tinha como camaradas, quando todos estavam contra ele, Fidel Castro, Arafat, Álvaro Cunhal e outras personalidades democratas, não eram só comunistas ou marxistas. De entre os que lutaram contra ele destacou o atual Presidente da República que votou contra estes sonhos e esta justiça, ou seja, é a favor de regimes totalitaristas que oprimem povos, tendo-o manifestado por várias vezes.

Srª Filomena Ventura do PS

Disse ser claro que o PS aceita a proposta feita pelo Sr. Vicente Merendas da bancada da CDU, claro que o Nelson Mandela lutava contra o apartheid, claro que alguns de nós nesta sala cresceram com a noção de que o apartheid era uma coisa absolutamente errada porque todos os homens nascem iguais. Mais do que o apartheid, mais do que a luta contra a discriminação racial, Nelson Mandela encarnou, e fê-lo por vezes com recurso à luta armada, e lutou pelos direitos e pela dignidade humana.

Submetido o voto de pesar, bem como o minuto de silêncio, a votação, foi o mesmo **aprovado** por unanimidade com trinta votos, sendo dezoito da CDU, oito do PS, dois do BE, dois do PSD (em cujo texto supra transcrito já consta o aditamento sugerido).

Em seguida foi apresentada, pelo PS, a seguinte **Proposta**:

Sr. Luis Chula do PS

“Verifica-se que a participação cívica dos cidadãos tem tido, nestes últimos anos e por diversos motivos, um assinalável decréscimo, com consequências deveras preocupantes para uma sociedade democrática e participativa.

Se por um lado há novas formas de vida e de ocupação dos tempos livres, por outro os exemplos que muitos agentes políticos têm transmitido às populações não são encorajadores a que um maior número de cidadãos participem, enquanto sociedade civil, na vida dos seus Municípios, Freguesias e do País, apresentando propostas, solicitações, críticas ou sugestões que procurem a resolução dos seus problemas e elevação da qualidade de vida dos seus concidadãos.

A complexidade dos tempos actuais obriga, por outro lado, a que se encontrem soluções que contrariem a tendência exposta e facilitem a aproximação dos munícipes com os eleitos e autarquias locais, promovendo uma maior presença e participação popular nas sessões públicas dos diversos órgãos autárquicos.

No que concerne à Assembleia Municipal verifica-se ainda, por parte da população, um maior desconhecimento das suas funções e atribuições face a outros órgãos autárquicos.

Entendemos que uma das formas de facilitar esse conhecimento e contacto é promovermos formas de aproximar Assembleia Municipal das populações.

Assim, no início deste mandato autárquico, propomos à Assembleia Municipal da Moita a descentralização de algumas das suas Reuniões, realizando-as nas diversas Freguesias do nosso Concelho à semelhança com as da Câmara Municipal.”

Submetida a proposta a votação foi a mesma **aprovada** por maioria com vinte e nove votos a favor, sendo dezassete da CDU, oito do PS, dois do BE, dois do PSD; uma abstenção da CDU.

Em seguida foi apresentada, pela CDU, a seguinte **Moção**:

Sr. João Figueiredo da CDU

“Funções Sociais do Estado

A Constituição da República Portuguesa saída da Revolução de Abril consagra no regime democrático português um conjunto de funções sociais do Estado, assegurando à população importantes direitos sociais, cívicos e culturais, apontando objectivos de progresso, desenvolvimento e justiça social.

Quando um Governo ataca as funções sociais do Estado, está a atacar a Constituição e a Democracia.

Actualmente assistimos a uma agressão ao Estado democrático como nunca foi conseguido depois da Revolução de 1974. Sob o falso pretexto de uma pretensa reforma do Estado, o Governo tem vindo a alienar funções sociais e serviços fundamentais, ao mesmo tempo que mina a capacidade de resposta dos serviços públicos que lhe restam. Os exemplos são vastos e transversais aos vários níveis de Poder. Vão desde as Autarquias ao Poder Central, das Finanças à Justiça, dos Transportes Públicos às Comunicações, não deixando de passar pela Segurança Social, no ataque ao serviço social de saúde, no ataque à escola pública, envolvendo não só as estruturas dos serviços, como atingindo de um modo particularmente grave os trabalhadores que deles são parte fundamental.

Também no nosso concelho os seus efeitos são visíveis. Desde logo com a extinção das freguesias, mas também com o encerramento do Posto dos CTT da Baixa da Serra, com a sangria de trabalhadores a que as Autarquias estão obrigadas, com o constante desrespeito pela Lei das Finanças Locais, que em muito dificultam a acção do Poder Local Democrático, na degradação dos Serviços de Saúde, onde cerca de 23,5% da população está sem médico de família, ou na Justiça, onde o Governo se prepara para retirar competências ao Tribunal da Moita, dificultando ainda mais o acesso da população a mais um serviço básico de qualquer regime democrático.

Com esta política o que se pretende não é reformar o Estado, nem aproximar o Estado aos cidadãos. Trata-se de uma visão redutora do papel da democracia, com o objectivo único de entrega de serviços e funções sociais do Estado ao capital privado que, visando apenas o lucro, naturalmente não estará interessado em assegurar à população aquilo que a constituição consagra.

No outro prato da balança, estão os trabalhadores, reformados e restante população, que vendo os seus direitos e garantias ameaçados, humilhados e sem esperança num futuro próximo, estão a abandonar o seu país, indo criar valor para outras terras onde o seu trabalho e o seu valor e o seu saber são valorizados.

Aqueles que por cá resistem são aqueles a quem esta política ignóbil de direita está a espoliar dos seus direitos, aqueles para os quais as Funções Sociais do Estado são o garante de um regime democrático, e que por isso não se conformam com esta política de ruína e de um retrocesso social. Um Portugal desenvolvido exige outro rumo e outras políticas. Um Portugal desenvolvido exige acesso do povo ao trabalho, à educação, à saúde, à segurança social, à cultura, aos transportes, à qualidade de vida.

Desde modo, a Assembleia Municipal da Moita, reunida a 20 de Dezembro de 2013, delibera o seguinte:

- Manifestar o mais vivo repúdio por esta política de agressão ao estado democrático saído da Revolução de Abril;
- Manifestar a solidariedade com os trabalhadores e populações atingidos nos seus direitos, no emprego, nos salários, nos serviços públicos e direitos sociais;
- Exigir a inversão desta política de direita, rumo a uma política alternativa, patriótica e de esquerda de que o país necessita, e que tantos portugueses reclamam;
- Exortar à população do Concelho que se manifeste por todos os meios ao seu dispor na defesa das Funções Sociais do Estado.”

Colocada a moção à discussão intervieram os seguintes membros:

Srª Filomena Ventura do PS

Solicitou, em nome da bancada do PS, que no 3º parágrafo se possa mencionar através de uma frase aquilo que se passa na destruição do Sistema Nacional de Saúde e aquilo que se passa no âmbito da Educação, especificamente com a valorização que está a ser feita pelo atual Governo, não do desenvolvimento pleno dos alunos portugueses, mas sim do desenvolvimento de uma opção pela profissionalização por volta dos 12 anos. No âmbito do SNS propõem que se insira uma frase sobre a falta de medicamentos que se têm sentido, até para as doenças crónicas.

Sr. João Figueiredo da CDU

Informou que não vria problema nenhum na alteração do texto e até creem que ficaram realçados mais alguns aspectos, mas frisou que não houve o objetivo de escarpelizar os efeitos que estas políticas estão a ter em cada uma destas áreas, uma vez que cada uma delas daria origem a um texto demasiadamente vasto. Passou à leitura do reescrito 3º parágrafo:

“(...) Segurança Social, no ataque ao serviço social de saúde, no ataque à escola pública, envolvendo não só as estruturas dos serviços (...).

Submetida a moção a votação foi a mesma **aprovada** por maioria com vinte e oito votos a favor, sendo dezoito da CDU, oito do PS, dois do BE; duas abstenções do PSD (em cujo texto supra transcrito já consta a alteração sugerida).

Foram apresentadas as seguintes declarações de voto:

Declaração de Voto do PSD apresentada pelo Sr. Carlos Gonçalves

Disse que a moção mistura verdades absolutas e verdades incontornáveis, com alguma prática de arte das palavras para promover algumas ações de campanha que mancham as verdades absolutas. Se estiverem a falar do padecer das populações e da vontade de fazer melhor é a favor, se estiverem a falar em palavras estéreis de promover algum desconforto e protestar por protestar, é contra.

Declaração de Voto apresentada pelo Sr. Presidente da União das Freguesias de Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Nuno Cavaco, da CDU

Votou favoravelmente porque entende que o documento, como foi apresentado pela CDU e com as alterações que o PS sugeriu, é um documento que só peca por escasso em relação ao que se passa no nosso país, atendendo a que as pessoas se revoltam porque lhes estão a ser retirados direitos, roubados salários e pensões, porque estão a ser condenadas à morte, uma vez que há pessoas que morrem por falta de assistência médica ou de medicamentos, há quem não vá para a escola por falta de condições para lá chegar, por isso não estão a protestar por protestar. Votou a favor porque tem coragem para defender o seu povo, o seu concelho, e vai sempre lutar pela democracia, pela liberdade, e lutar contra a hipocrisia e a demagogia.

Em seguida foi apresentada, e posta a votação, a seguinte **Ata**:

Ata nº04.13 – Reunião de 03.09.2013 – X Mandato:

Sr. Luis Chula do PS

Chamou a atenção para a página 6 porque a seguir à intervenção do Sr. Manuel Borges e antes da intervenção da Srª Presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, falta uma referência ao facto do Sr. Presidente da Assembleia Municipal ter cortado a palavra ao Sr. Manuel Borges com indicação de que teria de fazer a sequência do seu raciocínio e da sua alocução no período dos atos da câmara. A ausência desta referência permite que as intervenções posteriores do Sr. Manuel Borges e também do Sr. João Faim, constantes na página 17, caiam de “paraquedas” na ata, na medida em que estão em consequência umas das outras.

Retirada para aferição de uma intervenção, sendo que todos os membros desta assembleia concordaram que após a devida retificação a mesma será presente à próxima sessão.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Antes de iniciar o período da ordem do dia questionou se algum membro pretendia intervir.

Srª Filomena Ventura do PS

Tal como os Srs. Presidentes quer da Junta de Freguesia da Moita quer da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, gostava de partilhar com a Assembleia o que se passou na defesa da escola pública e da qualidade da educação no dia 18 de dezembro.

Quis dizer a todos os membros desta assembleia, ao executivo da câmara e ao público que assume que a prova para os professores foi colocada no estatuto da carreira docente pelo PS. Dizer que lutou então contra esta prova e esteve também presente à porta da Escola Secundária de Santo André. Dizer que a prova foi uma forma de se angariar dinheiro encapotado, foi solicitado a colegas desempregados que pagassem € 20,00 para a inscrição de uma prova de avaliação geral, € 15,00 consoante se candidatassem aos diferentes grupos de recrutamento para lecionarem Língua Portuguesa, História ou Economia. Dizer que houve professores em greve e que recusaram vigiar os seus colegas, porque vigiar os colegas não integra as competências funcionais dos professores. Dizer que em Almada foram recusados pelas secretarias das escolas os livros de reclamações. Dizer que em Setúbal houve colegas a realizar a prova a quem não foi pedida a identificação, Dizer que tudo isto é uma degradação e que o responsável pela tutela do Ministério da Educação e Ensino Superior verbalizou que há umas escolas superiores que formam professores bem e outras que formam professores mal, o que não disse a ninguém é quando é que ia inspecionar essas escolas superiores de educação ou, se preferirem, esses politécnicos.

Dizer ainda que no primeiro dia em que se avaliam alunos, seis meses depois de os professores terem feito uma greve geral a um exame do 12º ano, colocar cidadãos contra cidadãos, comprometer o futuro deste país porque os alunos estão a chegar à escola com fome, comprometer o futuro deste país porque os professores estão inseguros, comprometer o futuro deste país porque os professores estão neste momento sem saber se hão de pagar o pequeno-almoço aos seus alunos ou se hão de cumprir o plano de aulas, é

uma forma de dizer que todos nós devemos lutar e que todos nós devemos, e ainda bem que o fizemos nesta assembleia, defender a escola pública e o serviço nacional de saúde porque este é sem dúvida o Portugal que todos ansiamos e aquele que garante a dignidade humana.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 – Designação de representante (Presidente de Junta) para a Comissão Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Barreiro e Moita

Tendo sido solicitada a apresentação de propostas aos partidos com representação na Assembleia, foi presente uma única proposta, apresentada pela CDU, transcrita infra:

“Dando cumprimento à alínea d) do artigo 6º do Regulamento da Comissão Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Barreiro e Moita, propomos que seja designado Manuel Joaquim Rafael de Almeida graúdo, Presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, para integrar a referida comissão.”

Colocada a proposta à discussão intervieram os seguintes membros:

Sr. Staline Rodrigues do PS

Quis referir outro cidadão cuja morte também lhe provocou uma imensa pena, uma vez que é sensível a estas figuras que transmitem ao mundo outra forma de evoluir e outra sociedade, Hugo Chávez.

Quanto à proposta, e porque quando era menino havia grandes pinhais na Moita como o das Formas, o do Castanho ou o do Forno, que hoje se encontram excessivamente reduzidos, leva-o a pensar se esta questão merece alguma importância. Por outro lado, das pessoas aqui referidas como sendo os órgãos desta comissão fica surpreendido por os bombeiros não fazerem parte, atendendo a que estes são os que melhor conhecem o concelho e que estão disponíveis para combater os incêndios.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma **aprovada** por maioria com vinte e dois votos a favor, sendo dezoito da CDU, dois do BE, dois do PSD; oito abstenções do PS.

2 – Designação de quatro cidadãos para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Moita

Tendo sido solicitada a apresentação de propostas aos partidos com representação na Assembleia, foi presente uma única proposta, apresentada pela CDU, transcrita infra:

“Dando cumprimento à alínea l) do artigo 17º da Lei nº147/99, de 1 de setembro, em conjugação com a alínea j) do artigo 6º do Regulamento da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Moita, propomos que as quatro pessoas a serem designadas por esta Assembleia (de entre cidadãos eleitores preferencialmente com especiais conhecimento ou capacidades para intervir na área das crianças e jovens em perigo), sejam uma por cada grupo político com assento nesta Assembleia Municipal. Tal indicação deverá ser enviada à Mesa da Assembleia, no prazo de 15 dias.”

Colocada a proposta à discussão intervieram os seguintes membros:

Sr. Luís Chula do PS

Naturalmente que o PS concorda com a metodologia proposta pela CDU, contudo queria chamar a atenção de todos os partidos para uma particularidade importante que é a destas representações precisarem ter em conta a disponibilidade das pessoas que irão ser propostas, para garantir a sua presença nas reuniões que venham a ocorrer, até mesmo pelo horário em que se realizam.

Sr. Carlos Gonçalves do PSD

Informou que a bancada do PSD já tem uma pessoa de reconhecida idoneidade para indicar.

Sr. João Faim da CDU

Referiu que a situação apresentada pelo Sr. Luis Chula corresponde à verdade uma vez que são muitas as ausências, e recordou que por essa razão no mandato anterior e por proposta da CDU foi aprovada uma recomendação, que não se lembra se por unanimidade ou por uma larga maioria, para que estas reuniões não se realizassem no horário laboral mas sim no horário pós-laboral, para que estas pessoas que voluntariamente participam nestas reuniões tenham a possibilidade de exercer o seu direito de cidadania, cumprir com o que se comprometeram e participar.

Mais uma vez fez um apelo aos responsáveis da comissão para que seja ultrapassada a questão do horário, porque este é de facto um constrangimento muito grande.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Referiu ser do seu conhecimento que esta comissão tem um trabalho árduo, cada vez maior atendendo à realidade social do país, e que a mesma é coordenada pela Segurança Social.

Assumiu fazer uma nota, enquanto presidente da Assembleia Municipal, ao presidente da Comissão para que se tenha em atenção o horário das reuniões, atendendo a que as pessoas que venham a ser indicadas também têm a sua atividade profissional.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma **aprovada** por unanimidade com trinta votos sendo dezoito da CDU, oito do PS, dois do BE, dois do PSD.

Declaração de Voto apresentada pelo Sr^a Filomena Ventura do PS

Votou a favor embora não concorde plenamente com algumas das afirmações que aqui foram feitas. Esta Assembleia tem de ter alguma cautela, embora perceba a recomendação para reunirem fora do horário laboral, porque todos têm de ter a consciência que com esse facto estão a pedir a desregulamentação dos horários de trabalho.

3 - Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico – Proposta de desvinculação

A proposta infra foi aprovada por unanimidade, em reunião da Câmara Municipal realizada em 15/05/2013:

“Por proposta apresentada em Reunião de Câmara, de 18 de Janeiro de 1990, a Câmara Municipal deliberou propor a adesão do Município à Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico. A Assembleia Municipal autorizou a adesão por deliberação de 28 de Fevereiro do mesmo ano.

Os princípios orientadores que estiveram na base desta adesão foram, sem dúvida, a existência de núcleos urbanos antigos nas vilas de Alhos Vedros e Moita e o interesse em preservar o património edificado, respeitando as traças arquitectónicas dos edifícios.

Contudo, ao longo destes vinte e três anos em que a Câmara da Moita foi elemento associado dos Municípios com Centro Histórico, esta Associação pouco ou mesmo nada desenvolveu em termos de projectos ou de estudos para revitalização e salvaguarda dos núcleos históricos. Em suma, a Associação dos Municípios com Centro Histórico durante todo este tempo não apresentou à Câmara da Moita um plano de trabalho que englobasse estratégias de recuperação e salvaguarda do património, bem como as questões jurídicas relacionadas com esse mesmo património, uma vez que se tratam de espaços urbanos, em que os edifícios são propriedade privada. O trabalho desta Associação passou muito pela organização de encontros e edição de actas desses mesmos Encontros, cuja informação era remetida para conhecimento e eventual participação das Câmaras associadas.

Ao fim de duas décadas e meia, o resultado final é deficiente, precisamente pela falta de um trabalho concertado com as autarquias na área de recuperação dos núcleos históricos. Por esta razão e atendendo ao exposto propõe-se que a Câmara Municipal da Moita delibere propor à Assembleia Municipal a desvinculação da Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico (à qual se associou por deliberação da mesma Assembleia de 28 de Fevereiro de 1990), ao abrigo e nos termos do artigo 53º, nº2, alínea m), da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Perguntou ao presidente da câmara se pretendia apresentar a proposta da câmara municipal.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, Rui Garcia

Considera que na sua essência esta proposta é simples e crê que o texto da proposta explica a situação ao dizer que a câmara é associada da APMCH já há duas décadas, no entanto, de entre as pessoas que estão atualmente na câmara, quer eleitos quer técnicos, ninguém tem memória de qualquer trabalho produzido

por esta Associação. A questão que se coloca é que não se justifica mantermo-nos membros de uma Associação que não tem qualquer resultado, atendendo ao valor da quota anual ser da ordem de várias centenas de euros, e daí a proposta de desvinculação.

Colocada a proposta à discussão intervieram os seguintes membros:

Sr. Luís Chula do PS

Disse que pelo que entendeu das afirmações do presidente da câmara não há ninguém que saiba de qualquer atividade desta Associação, e referiu inclusive pessoas que estão cá há mais de vinte anos, pelo que perguntou se alguém se recorda de quais foram os fundamentos que levaram a que o município da Moita fizesse parte desta Associação.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Perguntou ao presidente da câmara se pretendia responder.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, Rui Garcia

Acredita que a intenção foi a melhor, bem como a de todos os outros municípios que a integraram, e que quando esta Associação foi constituída pretendia-se que ajudasse os municípios nas questões relacionadas com a conservação e com a intervenção nos seus núcleos históricos. Contudo a questão que se coloca é exatamente essa, à exceção de uma ocasional convocatória para uma reunião de Assembleia Geral, nada nem nenhum outro trabalho tem sido produzido. Todavia não questiona que a intenção de todos os que nela se associaram era a de que os ajudasse no desenvolvimento das suas tarefas mas, verificando-se todos estes anos depois que isso não está acontecer, deixa de fazer sentido mantermo-nos associados.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma **aprovada** por maioria com vinte votos a favor, sendo dezoito da CDU, dois do BE; nove abstenções, sete do PS, duas do PSD.

4 - Reestruturação Orgânica dos Serviços Municipais;

A proposta infra foi aprovada por maioria, com quatro abstenções, em reunião da Câmara Municipal realizada em 04/12/2013:

“A Câmara Municipal da Moita em reunião de 12 de dezembro de 2012 e a Assembleia Municipal em sessão de 21 de dezembro de 2012 aprovaram a nova estrutura orgânica dos serviços do Município da Moita, publicada no Diário da República 2.ª série n.º 8, de 11 de janeiro de 2013, nos termos do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, e da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto. Posteriormente, a Câmara Municipal em reunião de 03 de abril de 2013 e a Assembleia Municipal em sessão realizada em 19 de abril de 2013, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 305/2009 e da Lei n.º 49/2012, aprovaram um aditamento à estrutura orgânica dos serviços municipais que foi publicado no Diário da República 2.ª série, n.º 91, de 13 de maio de 2013.

Propõem-se agora alterações com vista à antecipação da entrada em vigor da referida estrutura e de modo a que esta fique realizada e completada em simultâneo para todas as unidades orgânicas em nome de uma maior operacionalidade e eficiência dos serviços e de modo a facilitar a adaptação à nova estrutura por parte de dirigentes, trabalhadores, munícipes e entidades e cidadãos em geral.

Com a plena entrada em vigor da nova estrutura cessam as comissões de serviço dos titulares de cargos dirigentes, salvo se for expressamente mantida a comissão de serviço no cargo de dirigente do mesmo nível que lhe suceda, nos termos do artigo 25.º, n.º 1, alínea c), da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

Assim, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 305/2009, da Lei n.º 49/2012, e dos artigos 138.º e 147.º do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro, propõe-se que a Câmara Municipal aprove e delibere propor à Assembleia Municipal o seguinte:

1. A revogação do n.º 6 da estrutura orgânica dos serviços do Município da Moita publicada no Diário da República 2.ª série n.º 8 de 11 de janeiro de 2013 e republicada no Diário da República 2.ª série n.º 91 de 13 de maio de 2013.
2. O aditamento de um n.º 8 com a seguinte redação:
“8. A presente estrutura orgânica entra em vigor no dia após a sua publicação no Diário da República.”
3. A republicação da estrutura orgânica que se anexa à presente proposta e que dela faz parte integrante.”

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Perguntou ao presidente da câmara se pretendia apresentar a proposta da câmara municipal.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, Rui Garcia

Referiu que se trata de uma alteração à deliberação que esta Assembleia tomou há cerca de um ano atrás. Na altura, e na sequência da obrigação imposta pela lei, a câmara municipal aprovou a sua nova estrutura orgânica, resultado da obrigação de reduzir o número de dirigentes que passou a ser afeto ao número de habitantes do respetivo município, e não a razões de interesse funcional como devia ser. Assim, adequámos a nossa estrutura orgânica às limitações que a lei impunha mas usámos uma prerrogativa que a mesma lei permitia, que é a de a estrutura antiga se manter em vigor enquanto durassem as comissões de serviço dos dirigentes em exercício, e fizemo-lo porque as comissões de serviço que estavam em vigor tinham durações que, na esmagadora maioria dos casos duravam até 2013, algumas entravam em 2014 e uma ou duas até 2015, o que fazia com que fosse possível que durante o ano de 2013 os serviços continuassem a funcionar normalmente com o essencial das suas chefias devidamente asseguradas.

Essa realidade deixou de existir, já cessaram algumas comissões de serviço e a partir do final do mês de Dezembro e dos primeiros meses de 2014 são diversas as comissões de serviço que cessam, deixando as respetivas unidades orgânicas sem chefe e portanto conduzindo a uma progressiva desorganização dos serviços e incapacidade de assegurar o seu funcionamento normal, pelo que propõem que se altere a alínea que dizia que a estrutura anterior se mantém em vigor até à vigência das comissões de serviço, e que seja introduzida uma nova alínea que diga que “A presente estrutura orgânica entra em vigor (...)” e aqui pediu que aceitassem, porque foi um lapso da parte da câmara municipal que aprovou assim, embora

tenha sido falado que a intenção era “(...) **no** dia após a sua publicação no Diário da República.”, mas afinal o texto escrito deixou umas reticências onde devia ter esta afirmação, pelo que pediu à Assembleia Municipal que aprovasse esta proposta dizendo no seu ponto 8: “A presente estrutura orgânica entra em vigor no dia após a sua publicação no Diário da República.”.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma **aprovada** por maioria com vinte votos a favor, sendo dezoito da CDU, dois do PSD; dez abstenções, oito do PS, duas do BE (em cujo texto supra transcrito já consta a alteração sugerida).

5 - Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2014;

A proposta infra foi aprovada por maioria, com três votos contra e uma abstenção, em reunião da Câmara Municipal realizada em 04/12/2013:

“Em conformidade com o estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, foram elaborados os documentos previsionais para o ano de 2014, Grandes Opções do Plano e Orçamento, pelo que se submetem a apreciação e votação da Câmara Municipal, para posterior aprovação pela Assembleia Municipal.”

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Perguntou ao presidente da câmara se pretendia apresentar a proposta da câmara municipal.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, Rui Garcia

Informou que a proposta apresentada é aquela que é possível atendendo às condições financeiras, materiais e de recursos, que o município da Moita dispõe neste momento. O orçamento que é proposto tem um valor global de € 31.484.000 que constitui uma redução, em relação ao orçamento corrigido em vigor, da ordem dos € 2.000.000, embora a redução sobre o orçamento inicial de 2013 seja na ordem dos € 321.000. Esta redução tem origem na transferência do OE que foi reduzida em € 261.000, nas receitas próprias da autarquia que são estimadas na base da regra do POCAL, que estabelece que aquilo que é orçamentado é metade do valor recolhido nos últimos 24 meses, e há também o fator que importa dar conta que é a câmara municipal não propor, para este ano de 2014, qualquer atualização de taxas e tarifas do município, não havendo por essa via nenhum acréscimo de receita em relação ao ano passado.

Importa ainda referir que na parte das receitas de capital existe uma diminuição da previsão da receita proveniente da venda de solo, que neste caso se propõe que se orçamente em € 1.900.000.

Deu nota de que existe uma alteração nas proporções da transferência do OE, entre receitas correntes e receitas de capital, seguindo uma tendência que vem acontecendo já há alguns anos, de aumentar a proporção de transferência correspondente a receitas correntes e diminuir, na mesma proporção, as correspondentes a receitas de capital. Crê que há 4/5 anos atrás esta proporção era na ordem dos

60/40, depois passou para 80/20 e agora para 90/10, portanto 90% da transferência do OE é transferência corrente, e isto é definido na lei do OE pelo que não depende da sua iniciativa.

Também deu conta que a despesa corrente tem um valor total previsto de € 25.000.000 para uma receita de € 28.000.000, ou seja, existe uma poupança corrente de € 2.787.000 e é esta poupança corrente que nos permite suportar uma boa parte das nossas despesas de capital, ainda que reduzida, da nossa capacidade de investimento que, sem esta poupança corrente, seria muito escassa face a estas condições já referidas.

Disse ainda que as despesas com pessoal constituem 45% das despesas totais da câmara municipal, o que é uma proporção perfeitamente normal nas autarquias portuguesas, e corresponde às atribuições e competências que estas têm. O resumo explicativo que foi entregue esclarece bem a grande dimensão que nestas despesas têm os encargos que não são encargos diretos com os trabalhadores, são encargos diversos que as autarquias pagam ao Estado Central: para o SNS são € 317.000, para a ADSE são € 240.000, para outros encargos de saúde são € 165.000, para a CGA são € 1.880.000, e importa aqui referir que mais uma vez há um acréscimo em que a comparticipação da entidade patronal para a CGA em 2012 era de 15%, em 2013 passou para 20%, e em 2014 passa para 23,75%, e há ainda uma dotação de mais € 270.000 para pagamentos à Segurança Social. Portanto, este montante de encargos totaliza um valor de € 2.800.000 o que representa uma percentagem bastante significativa das referidas despesas com pessoal.

Depois referiu também algumas das grandes despesas que o município suporta, e que têm um reflexo bastante significativo no orçamento: fornecimento de refeições escolares no valor de € 700.000, tratamento de águas residuais, ou seja, pagamentos à SIMARSUL, no valor de € 2.000.000, tratamento de resíduos sólidos, ou seja, pagamentos à AMARSUL, no valor de € 1.000.000, encargos com instalações, ou seja, pagamentos de energia elétrica à EDP, no valor de € 660.000, combustíveis no valor de € 500.000, comunicações no valor de € 385.000, transportes escolares no valor de € 240.000, encargos com a cobrança de receitas, ou seja, pagamentos efetuados às finanças pela cobrança dos impostos municipais, no valor de € 295.000, e ainda aluguer operacional de viaturas no valor de € 259.000.

Disse que fez referência a todos estes números porque a conclusão a que queria chegar é que, depois de pagas as despesas fixas e necessárias ao funcionamento normal da autarquia e ao assegurar dos seus serviços públicos, a margem de manobra que fica para as decisões e para as opções entre o que se faz e o que não se faz e onde é que se alocam os recursos, fica bastante reduzida, e esta é uma realidade que de ano para ano se vem acentuando, face à diminuição constante de receitas que os municípios em geral vão tendo também por via das suas receitas próprias que têm reduções, pelo que basta referir uma realidade bem conhecida de todos de que durante muitos anos uma das principais fontes de receita dos municípios portugueses eram as receitas do urbanismo e essas, no últimos 4 anos, tiveram quedas acentuadas.

Tudo isto leva a que o orçamento seja consumido no assegurar do serviço público e no assegurar da diversidade de funções que o município tem, e que entendem que nenhuma delas pode ser descurada, e por isso é feito um grande esforço para que, em todas as áreas, consigam manter os níveis de intervenção e de atendimento ao público existentes, desde os serviços urbanos essenciais, à recolha de resíduos, ao abastecimento de água, à conservação de parques e jardins, até aos serviços que consideram de igual importância e que são a promoção das atividades desportivas e culturais, o garantir do funcionamento das bibliotecas e dos equipamentos desportivos, o apoio ao movimento associativo, a realização das festas tradicionais do concelho que são bastante importantes e bastante identitárias das cultura das nossas diversas freguesias, o assegurar da manutenção dos protocolos de transferências com as juntas de freguesias, assegurar também o protocolo com a corporação de bombeiros que garante o funcionamento de

um piquete permanente e um apoio para a aquisição de equipamentos, que aliás este ano é reforçado atendendo a que vai terminar uma formação de bombeiros e será necessário adquirir equipamentos de proteção individual.

Concluiu referindo que existe também uma verba, embora reduzida, para continuar a extensão da rede de saneamento que falta executar, quer no Penteado quer no Cabeço Verde, ainda que faseadamente. Não existem condições para apresentar neste orçamento os projetos de maior dimensão existentes e pelos quais continuarão a lutar, mas procurarão permanentemente encontrar capacidade de resposta para os mesmos mas neste momento, as condições orçamentais não permitem programar investimentos de grande dimensão.

Colocada a proposta à discussão intervieram os seguintes membros:

Sr. António Chora do BE

Fez a seguinte intervenção em nome dos eleitos do BE:

“Esta sessão de assembleia é uma das mais importantes senão a mais importante de entre as que periodicamente têm lugar.

A sua importância advém da apreciação de dois documentos fundamentais para a vida do município e dos cidadãos que aqui vivem, nomeadamente, o Orçamento para 2014 e as Grandes Opções do Plano para o próximo triénio.

Esta sessão, ocorre num período de enorme crise económica e de uma contração da economia sem precedentes nos últimos 40 anos da história de Portugal, sendo os seus efeitos bem visíveis na proposta de orçamento que se encontra em discussão.

Este Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2014 são, por isso, reflexo do contexto de crise para a qual sucessivos governos arrastaram o país com políticas económicas e financeiras erradas, agravadas pelas imposições da Troika, políticas que se refletem no nosso concelho por via de decisões centrais do governo PSD/CDS, e locais por via da maioria CDU.

Segundo os dados oficialmente conhecidos, o nosso concelho é o mais pobre do distrito e isto não é obra do acaso, mas sim do tipo de desenvolvimento escolhido, apesar disso, no distrito e no concelho, a CDU teve nas últimas e menos concorridas eleições da nossa história democrática novamente a maioria dos votos. Tal resultado não significa que a oposição, nomeadamente o Bloco de Esquerda, tenha que resignar-se às políticas que entendemos erradas.

Neste concelho, a maioria CDU toma conta de todo o executivo e exerce assim o poder absoluto, mas isso não intimida o Bloco de Esquerda que nesta Assembleia apoiará as medidas com que concordar e denunciará aqui e publicamente todas aquelas com que não concordar, por isso dizemos:

O documento agora apresentado pelo executivo CDU, reflete uma continuidade de políticas que tem mais de 37 anos e que se até determinada altura foram políticas criativas e de desenvolvimento em virtude do atraso que o concelho vivia aquando da Revolução de Abril, hoje são políticas de estagnação.

Verdade se diga que não é a CDU a única responsável desta situação, os sucessivos governos com o não cumprimento da Lei da Finanças Locais tem também contribuído para a situação negativa de desenvolvimento e qualidade de vida dos cidadãos que aqui vivem, no elevado índice de desemprego, nos despejos, na entrega de habitações aos Bancos.

Das receitas:

Nas receitas vimos previsões de aumentos significativos quando comparado com o ano anterior nomeadamente nos impostos que afetam os cidadãos e revertem para a autarquia.

Impostos diretos, mais 8%.

Impostos indiretos mais 200 %

Das despesas:

Apesar da redução de pessoal e da redução dos encargos com a dívida de empréstimos de médio e longo prazo, as despesas correntes aumentam em 2,4 %, muito acima dos 0,9% previstos de inflação.

As despesas de capital como não podia deixar de ser sofrem uma redução de 7%, o que mostra como vai ser a política de desenvolvimento da autarquia para o próximo ano.

No capítulo das despesas não podemos deixar de referir que apesar da redução da dívida de médio e longo prazo o que achamos positivo esta continua a absorver mais de 8% do total das receitas, totalizando 2 milhões 586 mil 202 euros, em juros e amortizações ou seja 7000 euros (1400 contos) por dia de calendário.

Este orçamento é mais uma vez um orçamento fictício, (tal como veremos no primeiro trimestre de 2015), pois as despesas são efetivamente superiores a 31 milhões de euros, mas as receitas, tirando as transferências do Estado, são previsões e em alguns casos ilusões, nomeadamente no que diz respeito à venda de terrenos.

GRANDES OPÇÕES DO PLANO

Sendo como já referimos o nosso concelho um dos mais pobres do distrito, estando a agravar-se a situação económica e social no país e logo no concelho, deve a maioria CDU consagrar um programa de ajuda social direta aos cidadãos mais desfavorecidos com a criação de gabinete de crise social.

Pensamos que deveriam ser revistas as previsões de gastos “supérfluos”, nomeadamente publicidade, custos de combustíveis, iluminação e comunicações, canalizando estas poupanças para políticas sociais criando uma verdadeira rede municipal de apoio aos mais necessitados nas freguesias do concelho.

Pelas razões atrás expostas e na perspectiva de que a CDU nesta fase de crise social deixará de ver obras sociais como única responsabilidade do poder central, mas também como obrigação local, o BE abstém-se na votação do Plano e Orçamento para 2014.”

Sr. Staline Rodrigues do PS

Informou que gostaria de ter sido capaz de sintetizar uma análise sobre o orçamento como a que acabou de ouvir por parte do BE. Considera que toda a documentação lhe foi entregue com um tempo relativamente curto, pelo que fez um esforço para tentar perceber toda esta matéria o que lhe foi extremamente difícil, pelo que apenas vai referir alguns aspetos que lhe pareceram, na sua visão da política local, que podiam ser alterados.

Referiu um conjunto de valores que considera significativos: para o atletismo, ciclismo, meia maratona, mais taças, mais eventos desportivos um valor de € 59.000; para o movimento associativo e apoio cultural e desportivo um valor de € 165.000; para edições, publicações, exposições, promoção do município, boletim municipal, modernização e desenvolvimento municipal um valor de € 206.000; e para programas de desenvolvimento cultural um valor de € 90.000. Como se vê, neste grupo aqui referido existem valores muito significativos, pelo que se fosse presidente da câmara ou se o PS fosse câmara a política seria outra, e uma das linhas que apontaria seria no sentido mais básico.

Como foi dito é lamentável ver pessoas de idade mais avançada a atravessarem as ruas da Moita para levarem os seus mantimentos, e acha que devia haver uma política direta da câmara para apoio a estas situações, pois existem pessoas a viver em condições miseráveis, e muitas delas têm até condições económicas para viver melhor, todavia não são capazes, pelo que devia haver um serviço social para apoiar diretamente estas pessoas.

Assistiu há poucos dias a uma situação que o deixou impressionado pela positiva porque a junta de freguesia da Moita teve a iniciativa, quanto a si extremamente positiva, de contactar as famílias mais carenciadas do concelho, oferecendo-lhes brinquedos e mantimentos. O que gostaria era que ao invés destes enormíssimos valores, que poderiam ser extremamente reduzidos, a câmara tivesse um apoio direto a estas famílias mais miseráveis e isto porque a sua sensibilidade está demonstrada até pela sua qualidade quando passou por esta câmara, atendendo a que era a única pessoa que tinha vencimento e a primeira orientação que deu foi para que o dinheiro fosse entregue a toda a gente que precisava, e o que sobrava entregava à Santa Casa da Misericórdia, o que traduz bem a forma como gostaria de ver a sociedade.

Referiu um outro número significativo no valor de € 645.000, para o qual não encontra resposta mas crê que a câmara lhe vai dar, que está sempre colocado em cada departamento com a designação de “outros”. No seu entender existem € 645.000 sobre os quais nenhum membro da assembleia pode observar uma vez que estão ocultos ou indefinidos. Pergunta como vão ser contabilizados estes valores com a designação “outros” pois crê que de acordo com as normas e leis nacionais não podem ser contabilizados valores sem estarem devidamente designados.

Disse que lhe parece que a leitura deste orçamento não é acessível a qualquer membro desta Assembleia, dada a sua complexidade, que exige uma análise técnica que lhe parece impossível, e que há muitos anos que em muitas câmaras do país, nomeadamente Palmela e Lisboa, os orçamentos são participados, o que lhe parece ser extremamente positivo e saudável e que ainda não existe no concelho da Moita.

Terminou propondo ao presidente da assembleia que, ao longo do próximo ano, esta assembleia pudesse fazer sessões apenas para preparar o orçamento para 2015.

Sr^a Maria Dulce Marques do PS

Considerou o documento extremamente difícil de entender e lamenta não o ter recebido com mais antecedência. Não colocou todas as dúvidas que teve porque seriam muitas mas escolheu uma que considerou dentro da sua área e que é a alusão à liquidação e dissolução da CDR, sendo que não compreende as quantias previstas para o pagamento como despesas, tanto mais porque verificou que em anos anteriores houve pagamentos semelhantes.

Sr. Presidente da União das Freguesias de Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Nuno Cavaco

Considerou interessante algumas das questões aqui colocadas que não correspondem à realidade. Para começar gostaria de saber quais as estatísticas em que o BE se baseou para dizer que o concelho da Moita é o mais pobre do distrito. Mais disse que a CDU exerce o poder de forma totalitária pelo que quis recordar os resultados eleitorais: o povo deu uma maioria absoluta à CDU no concelho da Moita e fez questão de dar menos mandatos ao BE, pelo que o BE tem de respeitar a vontade do povo.

Depois sobre as Grandes Opções do Plano parece-lhe que estão a fazer uma grande confusão. São opções do executivo e provou-se nas intervenções um bom conhecimento do território e dos meios da câmara municipal, ao contrário de outros que nem sabem o que são as funções do estado e o que cabe a cada um.

São aqui ditas coisas que devem ser condenadas pois considera que os membros da assembleia não podem dizer o que lhes apetece. Uma das propostas é acabar com o desporto e com a cultura e depois diz-se que se devia dar mais ao movimento associativo.

Deu como exemplo o Atletismo pois considera grave que se esteja a ofender o movimento associativo do concelho e as freguesias, bem como o esforço que a câmara faz ao organizar provas em conjunto com os clubes para que, com esse dinheiro, os clubes possam fazer outras coisas e obter visibilidade, o que considera uma estratégia de democracia participativa, inclusive de participação no orçamento municipal, até porque que a câmara reconhece a capacidade de organização dos clubes, e para si participar é trabalhar e construir em conjunto. Mais disse que vai informar as associações das suas freguesias da existência de propostas de retirada de apoios e de quem as propôs.

Questionou as propostas de apoio direto a famílias uma vez que estas são proibidas por lei, ou seja, nem a câmara pode dar dinheiro a uma família, nem os membros da assembleia municipal podem propor a ilegalidade da assembleia municipal. O que a câmara faz, e muito bem, é apoiar instituições que trabalham no terreno, que têm meios e que conseguem fazer uma distribuição ou um apoio equitativo perante todos e não desigual.

Disse ainda que tem algum pejo em falar porque realmente está muito aborrecido porque acha que o nível da assembleia é muito mau porque olha-se para o orçamento e ninguém o percebe, mas depois todos o criticam. O orçamento respeita o POCAL e não é feito por políticos, as opções são políticas mas o documento é elaborado por funcionários da câmara. Quando alguns vêm aqui falar sobre a maneira como o orçamento está construído estão a criticar os trabalhadores e, neste seguimento, recordou o que foi dito pelo presidente da câmara que há um aumento da despesa com os custos de funcionamento dos trabalhadores que são transferências, algumas aberrantes como é o caso do SNS, que não é deste governo mas sim do governo do PS, e outras que ali estão contempladas e que têm a ver com o aumento dos encargos fixos, como a CGA.

Concluiu dizendo que considera isto de tal maneira aberrante que não percebe como se têm certas considerações, ou não se leem os documentos ou então não se trabalha como se devia trabalhar, e se não se trabalha como se devia trabalhar há uma coisa que aconselha que é para dizer asneiras mais vale estar calado.

Sr. Carlos Albino do PS

Disse que este documento sobre o qual são convidados a se pronunciar não reflete aquelas que seriam as soluções que defende. Pese embora em alguns pontos sejam identificados alguns problemas de modo correto, as fórmulas que são utilizadas para corrigir esses mesmos problemas são exatamente as que os trouxeram até aqui. Se nada mudar continuaremos a assistir ao abandono do concelho por parte dos jovens, pois é para fora deste concelho que muitos continuarão a ir para estudar, trabalhar e praticar desporto, enfraquecendo os laços de afetividade para com o mesmo. Nesse sentido, gostaria de saber qual será o papel do Gabinete da Juventude, quais os movimentos associativos juvenis que irão apoiar e qual será o seu objetivo.

No âmbito da temática de cidadania, participação, inovação e qualidade gostaria de saber se, há semelhança do que acontece em toda a Europa e alguns pontos do país, também a câmara da Moita irá utilizar *software* livre poupando muito dinheiro aos munícipes.

Sr. Ana Isabel Santos do PS

Começou por dizer que quanto a si o enquadramento deste documento demonstra alguma insensibilidade em atribuir, única e exclusivamente, o ónus aos governos pois, segundo a ANMP, a câmara de Almada, executivo PCP, Castelo Branco, executivo PS, e Boticas, executivo PSD, todas trabalham sob o mesmo governo e têm a melhor situação económica que é conhecida.

A questão que pretende colocar é que, segundo o art. 23º da lei 75/2013, a saúde constitui uma das atribuições do município a ser promovida para o interesse da população e em articulação com as freguesias. Por ser da sua área profissional, o que a preocupa, e pelo que pode interpretar, neste orçamento não há um grande investimento na área da saúde pelo que questiona que estratégia tem o município para promover e melhorar a qualidade da saúde dos nossos munícipes.

Sr. Luis Chula do PS

Em primeiro lugar disse julgar que toda a assembleia deve um reconhecimento merecido à douda explicação e explanação que o Sr. Presidente da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira fez, e considera que deviam tentar arranjar uns sábados à tarde para que o Sr. Presidente venha aqui junto destes humildes companheiros de assembleia dizer como é que as coisas se fazem, dizer como é que é, porque pelos vistos ele sabe tudo. Sabe tudo e, não o interpretem mal, tem de saber. E tem de saber porque é presidente de uma união de freguesias. Quanto a si é informático pelo que não tem de saber tudo. Trabalhou 45 anos no privado, utilizando cinco meios de transporte, duas horas e meia em cada sentido, e ainda assim sempre teve uma participação cívica.

Gostaria que o presidente da câmara lhe explicasse qual a correlação que as verbas que referiu para pagamentos à AMARSUL e à SIMARSUL têm com as receitas provenientes das taxas constantes dos recibos da água.

Na análise deste documento chamou-lhe a atenção a sua extensa introdução, e considera estarmos perante um documento que tem uma carga política de cariz panfletário e dogmático, confundindo-se até com o comunicado da força política que suporta esta maioria. Naturalmente devem ser feitas as devidas diferenças entre um órgão como é uma câmara municipal e as pessoas que pertencem ao partido que as elegeram.

No que respeita às GOP considera que continuam a não se vislumbrar medidas de apoio social de iniciativa municipal, continua-se a privilegiar o apoio a entidades externas ao concelho ao invés de apostar na produção cultural oriunda das associações e coletividades do município, continua-se, no âmbito desportivo, a apostar em provas de rua de efeitos efémeros que terminam logo que as mesmas acabam.

Estas energias que o município despende, e ninguém está aqui a dizer que se deve acabar com o Atletismoita nem com qualquer outra iniciativa do género, deviam ser equilibradas no sentido de estimular a prática continuada de mais modalidades desportivas pelos jovens e adultos do nosso concelho.

Continuam a não encontrar qualquer referência à questão do orçamento participativo, bem como à criação da figura do provedor do munícipe, que julga que seria de todo interessante.

Este orçamento revela ainda uma total ausência de medidas pró-ativas na reorganização dos serviços municipais, medidas essas que deviam visar uma maior eficácia dos serviços por forma a se conseguir fazer mais e melhor.

Entretanto, e para que não restem dúvidas, informou que é o Instituto Nacional de Estatísticas que afirma que o concelho da Moita é, na península de Setúbal e na Área Metropolitana de Lisboa, o mais pobre.

Todos os anos há um enfoque muito grande dado pela câmara, que de certa forma entende, de que as receitas provenientes das transferências do orçamento geral do Estado têm vindo a diminuir, e não é só agora, já vem de há vários anos. Mais disse que ele próprio gostaria que as receitas transferidas para os municípios pelo Poder Central fossem maiores. Contudo, existe aqui um exercício que não consegue entender, é que essas mesmas receitas provenientes do OE resultam de um conjunto de regras que levam em linha de conta diversos parâmetros que cada concelho tem, e em que a Moita irá receber em 2014, *per capita*, mais ou menos € 150, enquanto o Barreiro, concelho que reconhecem ser bastante mais desenvolvido, vai receber apenas € 116 *per capita*. Depois Palmela que vai receber apenas € 116 *per capita*, o Seixal irá receber € 73 *per capita*, Almada € 90 *per capita* e o Montijo que irá receber € 102 *per capita*. Todos comparados apenas o concelho de Alcochete vai receber mais € 1,50 *per capita* que o concelho da Moita, ou seja, não diz que a Moita receba muito, gostaria que recebesse bastante mais, e atendendo a que vem ouvindo ao longo dos anos que o problema essencial para o desenvolvimento do concelho é a redução, e compreende que é evidente porque há efetivamente reduções, das transferências do orçamento geral do estado, então o que dizer dos outros concelhos aqui referidos, em que alguns recebem só metade daquilo que nós recebemos, e são tão e tão e tão mais desenvolvidos que a Moita.

Sr. António Chora do BE

Pretende exercer o direito de defesa porque o Sr. Presidente da União das Freguesias de Baixa da Banheira e Vale da Amoreira fez algumas afirmações que considera inadmissíveis bem como, de há uns meses a esta parte, vem demonstrando uma intolerância política que é contrária àquele que é o seu cargo, e portanto inadmissível a forma como o faz, e exerce-o de uma maneira que parece que “quando Deus distribuiu a inteligência ele era a única pessoa ao sol, todos os outros estavam nas cavernas”. Até dá vontade de rir porque nunca começa uma frase que não diga “estudem, sejam inteligentes, vejam lá como é que é e tal...”.

A primeira questão é que não desmentiu nada do que foi aqui dito, até deturpou. Por exemplo as perguntas que o Sr. Staline aqui colocou deturpou-as por completo, ou seja, perguntou porque é que se gastava dinheiro no Atletismoita e ele vem aqui dizer que “querem acabar, uma proposta para acabar”. Vamos a ter bom senso e vamos fazer política não vamos fazer “xincana”, até porque o Sr. Nuno Cavaco é uma pessoa que já teve e tem uma postura e cargos políticos que não lhe devem permitir que se irrite com a facilidade com que se irrita, e que tente argumentar enxovalhando os outros mas não desmentindo nada do que é dito.

Mais disse que as perguntas que colocou foram sobre o orçamento e afirmou que há um aumento dos impostos indiretos de 200%, pelo que gostaria de ter uma resposta do Sr. Presidente. Se está errado muito bem, então alguma coisa está mal, agora chegarem aqui a dizer que estão a enxovalhar os trabalhadores não. Não vamos arremessar os trabalhadores porque não andamos aqui a arrebanhar ninguém. Cada vez que estamos aflitos arremessamos os trabalhadores da câmara contra as pessoas que estão aqui eleitas. Concluiu dizendo que todos são eleitos, uns diretamente por este órgão, outros por inerência dos cargos, mas todos estão aqui e devem-se respeitar, e quando quiserem dizer alguma coisa devem fazê-lo corretamente e não “estude, seja inteligente”, pois isso é uma linguagem cavernosa.

Sr. João Faim da CDU

Transmitiu a posição da bancada da CDU:

“As Grandes Opções do Plano e Orçamento 2014 aqui apresentadas pela Câmara Municipal da Moita enquadram-se num cenário de profunda crise económica, financeira e social da responsabilidade dos governos do eufemisticamente designado “arco da governação” PS, PSD e CDS.

Os trabalhadores são os que pagam uma crise para a qual não contribuíram, é-lhes assim imposto o roubo dos salários, o desemprego, a pobreza e a imigração, numa campanha de descarado retrocesso e de esmagamento dos direitos sociais conquistados com o 25 de Abril.

As consequências das políticas de direita estão bem à vista e têm tido repercussões gravosas junto dos trabalhadores e da imensa maioria do povo português. Persistem e aumentam os problemas sociais, o número de desempregados em Portugal há muito que ultrapassa o meio milhão e não se vislumbram no horizonte soluções do governo para alteração das políticas que deram origem a esta tão desastrosa realidade.

Os jovens não encontram saídas profissionais, mesmo entre aqueles que concluíram o ensino superior. Os trabalhadores e reformados veem os seus salários e pensões diminuídos, o roubo aos salários dos trabalhadores da administração pública são o maior ataque aos direitos destes trabalhadores depois do 25 de Abril.

Na forja já temos mais medidas de ataque aos trabalhadores no sentido do aumento da precariedade do trabalho em Portugal, com a bênção das confederações patronais e da oposição insegura e pouco consequente do Partido Socialista.

A adoção de medidas de facilitação do despedimento contribui para agravar ainda mais a vida dos trabalhadores, também os desempregados veem os seus apoios reduzidos ou extintos, e a perspetiva de criação de emprego qualitativa ou quantitativa é manifestamente insuficiente.

Em especial as micro, pequenas e médias empresas passam por enormes dificuldades e constrangimentos criados por uma política errada de aumento de impostos e de fatores de produção determinantes como a energia. As dificuldades e a negação de acesso ao crédito conduziram ao encerramento de muitos milhares de empresas nos últimos 5 anos. Precisamos pôr Portugal a produzir e a criar emprego.

A realidade sócio-económica, ao contrário do que é apregoado, degrada-se, os níveis de consumo interno diminuem, a riqueza produzida é distribuída de forma cada vez mais desigual e a parte que é devida ao trabalho diminui drasticamente, lançando para a pobreza mais de meio milhão de trabalhadores, cavando ainda mais o já escandaloso fosso entre pobres e ricos em Portugal.

Por outro lado, nem tudo é mau, o que reflete muito bem a natureza de classe das políticas neoliberais de direita, os lucros da banca e dos restantes grupos económicos, crescem de dia para dia. Os acionistas enchem os bolsos com a ajuda do PS, PSD e do CDS-PP que endividaram o país em negócios ruinosos de parcerias público-privadas, as famosas PPP, com juros de dívida insuportáveis que vão diretamente para o sapatinho dos capitalistas e dos banqueiros que nos empurraram a todos para esta desastrosa situação atual.

No plano autárquico os governos foram de PEC em PEC, de acordo em acordo de reajustamento, como também se chama, com a TROIKA e nos orçamentos de estado por si aprovados, agravando de forma drástica as medidas de contenção aos orçamentos das autarquias, juntando para 2014 mais redução de transferência para os municípios de mais de cinquenta milhões de euros, no respeitante ao FEF, e de mais dezassete milhões de euros, no respeitante ao IRS.

Esta situação é de todo contrária aos indicadores sociais, económicos e políticos, que aconselhariam ao investimento local como forma de dinamização do pequeno e micro tecido empresarial, gerador de emprego e agente essencial da sustentabilidade de inúmeras comunidades locais. O governo constitui com estas medidas um quadro de interferência e ingerência na gestão autárquica de questionável legitimidade democrática e de ataque a um dos alicerces da democracia conquistado com o 25 de Abril de 74, o Poder Local Democrático e Popular.

Também se verificou a discriminação das populações do concelho da Moita com os chumbos, alternadamente com abstenções mais ou menos cúmplices, do PS, PSD e CDS na Assembleia da República, das propostas do Município e diga-se também dos deputados do Grupo Parlamentar do PCP sobre as matérias que, ano após ano, vimos reivindicando, negando as suas justas aspirações à maioria das condições em matéria de segurança, veja-se o exemplo do Quartel da GNR na Moita, educação e ensino, pavilhões desportivos da Escola Básica 2/3 Fragata do Tejo e da Escola Secundária da Baixa da Banheira, e a saúde, requalificação e apetrechamento da Unidade de Saúde de Alhos Vedros e a nova Unidade de Saúde da Baixa da Banheira, que são problemas que urgem solucionar.

Estas exigências, apesar de merecerem do executivo da Câmara Municipal e dos eleitos da CDU na Assembleia Municipal toda a atenção, não estão ao alcance deste orçamento nem são obrigação do Município, mas é imperioso que o Poder Central as atenda e cumpra as responsabilidades fixadas na Constituição da República.

Os eleitos da CDU ao considerarem esta realidade anteveem mais um ano de grandes dificuldades e condicionalismos impostos pelo governo PSD/CDS que, numa espiral de crise económica e financeira, irá suportar o que agora finda, e constata que as GOP e o Orçamento da Câmara Municipal que agora aqui se apresenta reflete isso mesmo, o concelho da Moita sofreu mais um duro corte de verbas resultantes da lei do orçamento de estado para 2014. Apesar de todas as dificuldades criadas verificamos que as GOP e orçamento municipal não representam uma inflexão na estratégia de qualidade de vida que a CDU delineou para o concelho e congratulamo-nos com o cumprimento do programa da CDU sufragado pelas populações. Esta realidade só é possível devido ao rigor que é apresentado, quer na sua planificação quer na implementação de medidas de gestão criteriosas, que em nada abdica de apresentar soluções aos problemas que nos são impostos. Também se deve obviamente à política de discussão coletiva com os vários intervenientes da vida do nosso concelho que dão também o seu importante contributo.

Destacamos a atenção aos problemas sociais com o acréscimo de verbas neste orçamento em relação ao ano transato. É um reflexo claro da opção política da gestão CDU que corresponde à análise da realidade. Também verificamos, apesar dos constrangimentos, a continuidade da política em favor da escola pública no concelho, do património cultural e do associativismo onde reside uma importante riqueza de participação popular. Obviamente que, ao contrário de algumas das vozes que infundadamente por vezes se levantam por aqui, apraz-nos verificar que, e nunca é demais referir apesar do cenário difícil, o cumprimento do reequilíbrio financeiro da autarquia e a diminuição da dívida de médio e longo prazo, que foi contraída para investir nas melhorias das condições de vida das populações.

Destaque-se assim a realização de diversas obras e muitas ações de requalificação e melhoria da qualidade vida no concelho: infraestruturas, águas, esgotos, rede viária, etc., espaços verdes, ensino e cultura, e no apoio ao movimento associativo e social.

Estamos certos que as GOP e o Orçamento municipal para 2014 são caracterizados pela eficácia no aproveitamento dos meios disponíveis e por uma preocupação elevado no que se refere ao serviço público

a prestar às populações e acessibilidade dos cidadãos, a defesa dos direitos, aspirações e interesses das populações, a manutenção do carácter público dos serviços, os equipamentos culturais, escolares e desportivos, respondemos igualmente a problemas dos trabalhadores solidarizando-nos com as suas lutas. Concluindo, os eleitos da CDU na Assembleia Municipal da Moita, dão o seu voto de confiança às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2014 aqui apresentados, pois confirma-se a continuidade e o cumprimento do programa com que a população do concelho nos elegeu, reafirmando as nossas opções políticas e a proximidade aos problemas da população, a defesa dos seus direitos e pela melhoria constante da sua qualidade de vida, bem como o envolvimento do município na valorização e defesa do Poder Local Democrático.”

Sr. Staline Rodrigues do PS

Naturalmente que também se vai referir à intervenção do companheiro Presidente da União das Freguesias de Baixa da Banheira e Vale da Amoreira. A forma como intervém leva-o a ter a expressão que é a que sempre que ele fala parece que quer arranhar as pessoas, vem aqui com um sentido de agressividade quando não é esse o comportamento de toda a oposição, e que tem feito várias intervenções críticas é certo, e portanto parece-lhe que era da máxima prudência que o próprio Partido Comunista não se deixe envolver entusiasticamente pelo resultado eleitoral na nossa terra, porque a nossa terra não é o país, devendo ter a humildade de verificar o resultado político que tem neste concelho, para o qual o próprio e tantos outros muito contribuíram para a força que tem hoje, e alguma ponderação, considerando as posições de cada um dos partidos, não só a nível local mas também nacional, pelo que considera que é preciso alguma tranquilidade de espírito para que possam levar o barco a bom caminho.

Disse ainda que manifestou a sua opinião mas recordou que toda a sua vida foi dedicada ao associativismo e à luta pela liberdade, e que muito se honra da pensão que recebe do Estado por mérito excepcional pela defesa e luta pela liberdade e pela democracia, e por isso não ouve nem recebe lições de ninguém.

Quis colocar uma questão que lhe parece que deve ser observada e que é a seguinte: ouviu algumas vezes o Sr. Carromeu dizer que ao longo de anos de dedicação à autarquia estar na Assembleia “fazia doença” e tem ouvido expressões de vereadores que trabalharam na câmara de que não há oposição no concelho da Moita. É bom que esta posição mude porque a oposição é tão necessária para a democracia como a maioria. As opiniões podem ser divergentes e são, o próprio passou muitos anos no Partido Comunista e hoje entende e é muito mais fiel à prática e à realidade do socialismo.

Quis referir as verbas que estão incluídas neste orçamento para desportos e outras atividades semelhantes, atendendo a que na sua análise lhe parecem completamente contraditórias, e isto porque se algumas têm milhares, como referiu na intervenção anterior, outras como para ações de promoção do livro e da leitura tem apenas € 5.000. Mais informou que há dias assistiu a um concerto da Banda do Rosário no Fórum Cultural José Manuel Figueiredo na Baixa da Banheira e ficou surpreendido, e julga que os presentes também vão ficar, porque os elementos da banda, nomeadamente as raparigas, andaram a vender rifas para pagar a despesa que tinham tido com os músicos que atuaram naquele concerto, o que lhe parece ser completamente impensável nos tempos atuais.

Concluiu referindo que há algum tempo vinham referidas num jornal as 35 câmaras mais amigas dos pobres no país, e naturalmente eram serviços como os que tem vindo aqui apenas sugerir e que gostava que também houvesse na Moita, e dessas 35 câmaras nenhuma era do Partido Comunista.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Perguntou ao presidente da câmara se pretendia responder.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, Rui Garcia

Iniciou apelando a que imaginassem se houvesse um *ranking* dos governos amigos dos pobres o que acontecia aos governos que cortaram os abonos de família a milhares de famílias, que reduziram os rendimentos sociais de inserção, que encerraram maternidades, escolas, centros de saúde, tribunais, etc., etc., etc.. Esse tipo de linguagem fê-lo pensar se não seria um jornal de 1965, porque a expressão “amigos dos pobres” fá-lo lembrar-se da década de 60, e considera-a uma expressão nojenta num Portugal democrático e no século XXI. Todavia está outra vez na moda porque a imprensa, que por acaso é propriedade do grande capital, dos senhores que têm enriquecido enquanto a maioria dos portugueses empobrecem, fomenta esse tipo de linguagem, esse tipo de apreciações em que voltámos ao tempo dos “amigos dos pobres”.

Sobre as questões aqui colocadas informou que o aumento do valor dos impostos indiretos tem uma explicação. Este ano, pela primeira vez e após alguns anos de litígio, a Setgás iniciou o pagamento das taxas de subsolo o que fez uma entrada muito significativa e inesperada de verba na receita municipal. De acordo com as regras do POCAL para a receita a considerar em 2014, aplica-se o cálculo da metade do valor da receita dos últimos dois anos, o que dá um acréscimo bastante significativo. Pelo facto de serem os municípios que acabam por pagar referiu que também aí a responsabilidade é dos governos que permitem a vergonha de existirem operadores monopolistas em diversas áreas, que utilizam os recursos públicos para o seu lucro, e que ainda por cima se dão ao luxo de fazer repercutir nos municípios as taxas que são obrigados a pagar pela utilização desses mesmos recursos públicos. É vergonhoso que num país moderno, democrático e da união europeia se permita que estejamos nesta situação.

Em relação ao associativismo e às críticas que aqui foram feitas pensa que existe uma visão redutora do que é a parceria entre a câmara municipal e o associativismo quando se olha para o orçamento e se olham apenas os subsídios. O apoio e a parceria que se estabelece entre a câmara municipal e as associações é muito mais abrangente e tem reflexos em muitas e diversas rúbricas que não apenas a dos subsídios. Iniciativas do movimento associativo, que muito dificilmente se realizariam sem o apoio da autarquia, como por exemplo a Gimnomoita, a Feira do Livro, a Feira Medieval, a Semana Alentejana, diversas iniciativas desportivas, todos os festivais de folclore, e outros encontros não têm uma expressão direta no orçamento, estão em diversas rúbricas como a promoção do desporto, promoção cultural, pelo que olhar para estas colaborações e pensar apenas nos valores dos subsídios é não ter a noção de que aquilo que se faz conjuntamente entre autarquias e movimento associativo é muito mais vasto e tem um peso muito maior, também em termos financeiros, do que aquilo que é aqui expresso. E isto para além de todos os apoios logísticos de diversa natureza, desde a produção de documentos de publicitação das atividades das associações até à instalação de palcos, ao pagamento de baixadas elétricas à EDP, a uma quantidade enorme de outras atividades que têm custos e que não têm visibilidade por que são diluídos em pagamentos feitos por exemplo à EDP, para além das despesas com pessoal.

Quanto às referências à dificuldade do documento, à sua estrutura e à designação das rúbricas, e é preciso que se tenha noção que este documento não tem uma estrutura escolhida pelo executivo, esta é a estrutura oficial e obrigatória dos documentos previsionais dos municípios portugueses, e a denominação de todas as suas contas e a sua classificação é aquela está estabelecida no plano oficial de contabilidade, incluindo as

tais rúbricas “outros”, pelo que não há lugar, não há mesmo lugar, a quaisquer dúvidas sobre o rigor contabilístico que aqui é feito, porque não há mais nada no nosso país que seja tão fiscalizado como as contas das autarquias, que são pormenorizadamente vistas pelo Tribunal de Contas todos os anos. Podem existir todas as divergências quanto à aplicação do dinheiro, mas do ponto de vista formal não há lugar a questionamentos.

Outra questão diversas vezes referida tem a ver com os orçamentos participativos. No entendimento do executivo a participação é um processo não é um momento, é algo que se faz 365 dias por ano e não 15 dias em outubro, como por vezes, em algumas autarquias, se entende que o tal orçamento participativo é fazer um inquérito, umas vezes mais envolvente, outras vezes muito parecido com as votações da “Casa dos Segredos” para saber se numa pequena parcela do orçamento os cidadãos escolhem a rua A ou o jardim B. E isso não é verdadeiramente participação porque isso deixa estas escolhas sujeitas à maior ou menor mobilização de grupos de pessoas em torno de uma ou outra escolha, à maior ou menor capacidade de intervenção económica e social em que um determinado grupo populacional consegue fazer prevalecer a sua necessidade em detrimento de outras populações, eventualmente mais necessitadas, mais enfraquecidas, mas sem a capacidade de terem o mesmo protagonismo social e portanto fazerem prevalecer as suas opções.

Participação é o executivo por exemplo fazer seis reuniões descentralizadas por ano, por exemplo reunir regularmente com as juntas de freguesia, por exemplo reunir mensalmente com todas as comissões de moradores, por exemplo reunir regularmente com todo o movimento associativo, por exemplo fazer atendimentos individualizados e descentralizados em todas as freguesias do concelho, ou seja, são todos os diversos mecanismos que têm em prática para estar permanentemente a ouvir as pessoas e depois assumirem as suas responsabilidades, porque enquanto eleitos numa democracia representativa como é esta existe a parte da participação e depois existe a parte da assunção de responsabilidade, de dizerem às populações o que pretendem fazer, dos programas eleitorais que apresentam, desses programas terem o acolhimento popular e depois pô-los em prática, ou não, e submeterem-se de novo passado o período do mandato à avaliação popular.

Pelos vistos têm cumprido, a contento das populações, porque eleição após eleição, ao fim de 38 anos continuam a merecer a confiança o que significa que, apesar de não terem feito tudo aquilo que queriam, apesar do concelho continuar a ter carências e necessidades, a população dá-lhes a sua confiança, e acredita que lhes dá fundamentalmente porque percebe que o essencial das carências do concelho não são da sua responsabilidade, o essencial dos problemas sociais do nosso concelho não são da sua responsabilidade, o facto da indústria no concelho e na região ter sido destruída e atirado milhares de trabalhadores para o desemprego não é responsabilidade das autarquias, o facto de terem diferenças e terem coisas tão difíceis de entender porque é que acontecem, como é o caso do passe social não chegar ao concelho da Moita, cuja proposta foi repetidamente feita na AR pelos deputados do PCP e foi repetidamente chumbada por todos os outros, ao longo de quase 40 anos desde que existem os passes L das coroas da zona de Lisboa. E isto quando se fala que os jovens vão embora, pois claro, porque se têm de se deslocar todos os dias para Lisboa se calhar fazem uma opção e pensam “se viver no lavradio tenho passe social, se viver em Alhos Vedros não tenho”, e isto faz efetivamente diferença.

Portanto, estas questões também se veem nos pormenores e é nos pormenores que depois fazemos o confronto entre as palavras, sempre muito condoídas com a situação das pessoas, e as realidades concretas das ações concretas que deixam a nossa população na situação em que está.

Sobre a CDR esclareceu que foi uma agência de desenvolvimento regional criada à 15/20 anos pelo conjunto dos municípios da Península de Setúbal, e que infelizmente não correu bem. Acabou por entrar num processo de insolvência e teve de levar a um acordo com vista à sua dissolução, acordo esse que foi aprovado pelos órgãos municipais há cerca de 2/3 anos no máximo, que tem estado em cumprimento, e que prevê um conjunto de pagamentos faseados no tempo dos quais falta um que é o último e que está consagrado em orçamento atualmente. Haverá ainda, apesar de tudo, lugar a um acerto de contas porque havia na CDR alguns créditos por receber, mas neste momento não têm a certeza quanto terão a haver, que depois será abatido a esta despesa.

Sobre o Gabinete de Juventude informou que tem um conjunto de atividades e de relacionamento com os jovens que passa por diversos programas, por exemplo a “Quinzena da Juventude”, o “Apresenta o teu Projeto”, o próprio “Fórum da Juventude” que vai ser dinamizado a partir de agora. O Gabinete está sediado no Centro de Experimentação Artística e compete-lhe também dinamizar o funcionamento daquele equipamento, e tem sido este o trabalho do GJ e que pretendem sempre melhorar e incrementar.

Sobre o *software* livre referiu que já noutras oportunidades tem sido falado e a questão que se coloca é que, em sistemas complexos e cada vez mais fortemente dependentes das diversas aplicações informáticas, e quando se fala de *software* o principal encargo não é com o *software* comercial com a Microsoft ou outro, mas sim com o vasto conjunto de aplicações necessárias ao funcionamento dos serviços, que vão desde a contabilidade, ao pessoal, aos inventários e às plataformas de compras públicas. Todos esses *software* são específicos, adaptados à realidade das autarquias locais e existem dúvidas, colocadas sistematicamente pelos técnicos, da forma como poderia ser compatibilizado o *software* livre e a sua interação. Não sendo impossível pensa-se, segundo informação dos técnicos, que teria encargos de instalação, de acompanhamento e de transformação, até das aplicações referidas para serem compatíveis, que fazem com que não seja uma opção interessante quando confrontada com o *software* normal das companhias comerciais habituais nestas circunstâncias. Naturalmente acha, até porque no domínio da informática a realidade muda muito depressa, que devem acompanhar e procurar manter-se sempre informados e atualizados, mantendo esta opção sempre em aberto, ficando até atentos a experiências que outras instituições desenvolvam para aprender, e caso se verifique que é de facto uma opção viável e rentável, optar por aí.

Quanto aos pagamentos à AMARSUL, informou que atualmente a tarifa de resíduos sólidos urbanos cobre basicamente a 100% aquilo que a câmara municipal paga à AMARSUL, mas chamou à atenção que estas tarifas, de acordo com a lei em vigor e com as recomendações da ERSAR, não se destinam apenas a cobrir o pagamento do tratamento à empresa exterior, destinam-se também ou deveriam também destinar-se a cobrir os custos do serviço, os custos da recolha que são inteiramente de âmbito municipal, e esses por enquanto são inteiramente assumidos pelo município, não sendo repercutidos nos municípios.

No que diz respeito à SIMARSUL a taxa de cobertura não é total, até porque ainda estão em vigor os acordos que fundamentaram a sua constituição e que determinam um valor fixo de pagamento do município, portanto o valor não é ainda calculado nos caudais reais mas sim na base de um valor fixo, enquanto a nossa receita é flutuante porque está indexada ao consumo da água, pelo que não existe aqui uma cobertura total, ainda assim normalmente ronda os 90%.

Concluiu dizendo que a questão da saúde é uma obrigação da Administração Central. A lei prevê e dá cobertura a protocolos que estarão a ser celebrados por alguns municípios na área da transferência de competências para as autarquias, todavia parece-lhe que não estará ninguém a pensar que os municípios

venham a ser responsáveis pelos cuidados de saúde, sejam eles primários ou de qualquer outra natureza, que são efetivamente uma responsabilidade do governo, pelo que não há intervenção dos municípios nesse âmbito.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma **aprovada** por maioria com dezoito votos a favor da CDU; oito votos contra do PS; quatro abstenções, duas do BE, duas do PSD.

Declaração de Voto do PS apresentada pelo Sr. Luis Chula

“Foi-nos presente para análise e posterior votação as Grandes Opções do Plano e o Orçamento da Câmara Municipal da Moita para o ano de 2014, um documento produzido e da responsabilidade exclusiva do executivo CDU, sem o contributo dos vereadores da oposição.

Na linha do que já nos tem habituado em todas as suas posições públicas, a maioria que gere os destinos do Concelho da Moita, plasma no documento deste ano, sobretudo na sua introdução, uma exacerbada carga política de cariz panfletário e dogmático, com tal ênfase que parece querer, antecipadamente, escudar-se para o insucesso que adivinha.

Se é certo que para o próximo ano as transferências do poder central para as autarquias são bastante mais reduzidas, o que também lamentamos, o facto é que ao utilizar este documento com o qual se pretende traçar as linhas mestras da actividade da Câmara Municipal para 2014, como se fosse um comunicado da força política que suporta esta maioria, pode retirar seriedade ao documento em si, enquanto deixa perceber bem a inexistência de separação entre o exercício da função de gerir um município e o servir de caixa de ressonância de propaganda partidária.

É fundamental que quem gere os destinos do Município da Moita coloque todo o seu enfoque e empenhamento no honroso serviço público para o qual foi eleito, tendo como principal e único objectivo o elevar da qualidade de vida e o bem estar dos munícipes deste concelho.

Continuam a não se vislumbrarem medidas concretas e efectivas de apoio social de iniciativa municipal, numa total ausência de sensibilidade para com as graves dificuldades porque passam tantos cidadãos deste concelho que é o mais pobre da Península de Setúbal e da Área Metropolitana de Lisboa.

Continua-se a privilegiar o apoio a entidades externas ao concelho ao invés de apostar mais fortemente na produção cultural oriunda das associações e colectividades do município; continua-se, no âmbito desportivo, a apostar em provas de rua de efeitos efémeros ao invés de promover a prática desportiva a um maior número de jovens e adultos residentes, diversificando, apoiando e estimulando a prática continuada de mais modalidades desportivas.

Por outro lado, continua-se a pretender substituir o Conselho Municipal da Juventude por outras organizações, fugindo ao cumprimento da Lei; a não encontrar qualquer referência ao implementar do Orçamento Participativo com as populações ou à criação da figura do Provedor do Município; e continua-se a sobrevalorizar a importância dos Boletins Municipais como material de mera propaganda da Câmara Municipal em que apenas sobressaem os vereadores do PCP/CDU, menorizando os autarcas da oposição num contraste por demais evidente, trazendo ao de cima uma visão e um entendimento enviesado da democracia e do pluripartidarismo da composição da Vereação Municipal.

Este Orçamento e as opções que o sustentam revelam uma total ausência de medidas proactivas de reorganização dos serviços municipais que visem uma maior eficiência e que com as mesmas contornassem a redução de recursos, orientados na procura de fazer melhor.

Nada nos trás de novo este documento, mantém uma cega persistência nos erros do passado que por opções redutoras tem posicionado o concelho da Moita na cauda da Região.

Por tudo isto, e porque seria bem diferente se fosse o PS a governar os destinos do nosso Município, os membros do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Moita votaram contra as Grandes Opções do Plano e o Orçamento da Câmara Municipal da Moita para o ano de 2014.”

6 - Mapa de Pessoal do Município para o ano de 2014;

A proposta infra foi aprovada por maioria, com quatro abstenções, em reunião da Câmara Municipal realizada em 04/12/2013:

“O actual modelo de gestão na administração pública consagra que, a cada ano de planeamento e execução orçamental, se promova a definição de objectivos, a planificação das actividades e a elaboração de mapas de pessoal que integram os postos de trabalho necessários ao desenvolvimento das actividades e competências dos serviços.

A Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, estabelece no âmbito da gestão de recursos humanos a criação de mapas de pessoal, constituídos por postos de trabalho, os quais, em face das atribuições e competências dos serviços municipais e dos recursos financeiros disponíveis, têm vindo através de imperativos legais objectivos a ser diminuídos a cada ano, designadamente em face dos três últimos Orçamentos de Estado.

No estrito cumprimento das atribuições e competências do Município e, conseqüentemente, no funcionamento dos serviços e na manutenção do serviço público, o mapa de pessoal agora proposto enquadra a política municipal de recursos humanos, alicerçada numa gestão previsional de efectivos que atende aos constrangimentos legais e financeiros, mas garante a manutenção de todos os postos de trabalho existentes e ocupados pelos trabalhadores municipais.

Neste sentido e em articulação directa com a proposta de orçamento municipal para 2014, o mapa de pessoal considera:

- As atribuições, competências e actividades dos serviços, tendo por referência a nova estrutura orgânica municipal, aprovada por este órgão em 12 dezembro de 2012 e pelo órgão deliberativo, na sessão de 21 de dezembro de 2012, bem como os inerentes postos de trabalho e trabalhadores afectos que se destinam a cumprir ou executar aquelas;
- Os postos de trabalho existentes, são preenchidos ou ocupados por trabalhadores contratados em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com apenas um trabalhador contratado a termo resolutivo certo;
- Os cargos dirigentes previstos e a prover nos termos legais atinentes;

O presente instrumento de gestão dos recursos humanos que se propõe contém assim um total geral de 785 postos de trabalho, apresentando uma redução global de 38 postos de trabalho por comparação ao mapa de pessoal de 2013;

Assim, como resume o quadro síntese, que faz parte integrante do mapa de pessoal para 2014, dos 785 postos de trabalho, 758 estão ocupados, 19 encontram-se cativos/vagos, são criados 2 de modo a permitir reintegrar trabalhadores que se encontram de licença sem remuneração e são mantidos 6 postos de trabalho, embora igualmente vagos, em virtude de se manterem suspensos os procedimentos concursais, de acordo com o n.º 11, do art.º 24 da Lei n.º 55-A/2010 de 31 de Dezembro.

Nestes termos, submeto a presente à aprovação deste Órgão com remessa à Assembleia Municipal para deliberação final.”

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Perguntou ao presidente da câmara se pretendia apresentar a proposta da câmara municipal.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, Rui Garcia

Considera que não há muito a dizer sobre o Mapa de Pessoal uma vez que este tem uma única alteração que é, do ponto de vista de lugares a criar, a abertura de dois lugares que permitam acolher dois técnicos do município que nos últimos anos tem estado em licenças de longa duração e que pediram o retorno.

De resto considera que o mapa reflete a continuidade da política imposta à administração pública, de impossibilidade de contratação de novos efetivos e, ainda mais grave que isso, pelo terceiro ano consecutivo mantém-se a obrigação de redução de 2% dos efetivos ao serviço do município, sendo um problema que em algumas situações pode tornar-se muito difícil de ultrapassar, porque estas saídas são cegas na medida em que são saídas naturais, ou por reforma ou por falecimento, sobretudo nas profissões específicas em que a ausência de trabalhadores e a impossibilidade de repor os efetivos necessários para a prestação de um bom serviço afeta efetivamente a capacidade de prestação desses mesmos serviços.

Colocada a proposta à discussão intervieram os seguintes membros:

Sr. Staline Rodrigues do PS

Admite a sua desatualização com tudo o que tem a ver com *software* e computadores, todavia a análise crítica que faz está relacionada com aquilo que foi a sua presidência de câmara e por essa razão considera natural que se sinta desatualizado perante esta nova situação.

Sobre o mapa referiu que o tamanho de letra utilizado não permite a sua leitura e apesar de não dizer que seja intencional parece, pois existe espaço suficiente para letras maiores.

Referiu que lhe faz alguma confusão que num total de 785 trabalhadores, 464 sejam operacionais e 321 não operacionais, uma vez que de acordo com as condições económicas referidas, quer na documentação quer nas palavras do Sr. Presidente, é difícil entender que num total de 785 apenas haja 464 operacionais, incluindo 16 são engenheiros e 10 arquitetos. Naturalmente não pretende que despeçam os engenheiros e os arquitetos mas julga que estabelece uma certa confusão, considerando que a construção está completamente parada, que a proposta da câmara para a venda de terrenos para construção será extremamente difícil, e que não se preveem obras nem de pequena nem de grande dimensão, como é que a câmara vai incluir e operacionalizar tantos técnicos. A engenharia até entende porque se dispersa num conjunto de áreas de serviço, os arquitetos nem tanto pois têm uma especificidade própria e não são polivalentes como os engenheiros, pelo que lhe parece que deve ser uma preocupação para a câmara.

Concluiu afirmando que não vê compatibilidade na totalidade dos trabalhadores entre operacionais e não operacionais.

Srª Tânia Ribeiro da CDU

Transmitiu a posição da bancada da CDU:

“Reconhecemos mas não nos resignamos, que as forças em presença são difíceis de combater pois conjugam-se os interesses ideológicos do passado, representados pelo governo PSD/CDS, os interesses dos grandes patrões retrógrados (habitados a viver à sombra do fascismo de Salazar e saudosos desse tempo) os grandes interesses dos grupos capitalistas estrangeiros representados pela troika e cujo único interesse é o seu próprio lucro, ainda que à conta de mais e mais exploração dos trabalhadores e das populações mais desfavorecidas.

Faz jus a esta afirmação o rumo político que o actual governo pretende levar a cabo – de ataque aos direitos, de degradação dos salários e das relações laborais, de desmantelamento do Poder Local Democrático, de destruição da Administração Pública e de privatização de serviços públicos essenciais – não constitui mais do que a tentativa para, a coberto de um pretenso combate à crise e em nome de um demagógico interesse nacional, promover um verdadeiro ajuste de contas com a Revolução de Abril, atacar violentamente as suas conquistas e possibilitar a restauração dos privilégios daqueles que outrora enriqueceram desmesuradamente à custa da exploração dos trabalhadores.

A Bancada da CDU faz um apelo para abandonarem a hipocrisia, os trabalhadores tem memória e merecem respeito desde 2009 com a aprovação do pacote laboral pela maioria liderada pelo então de então Partido Socialista, lançou sobre a administração pública e em particular contra os seus trabalhadores um pacote laboral profundamente retrógrado e desumano.

2009 foi o ano negro para os trabalhadores, alvo preferencial de todos os governos, protagonistas de uma política intransigente e maléfica.

Se não refrescamos as memórias,

Fusão e transição de carreiras, igual a polivalência imposta e desaparecimento das promoções;

Imaginam-se serem atendidos num hospital por um outro trabalhador que não seja da areia de saúde? Por isso não podem pedir a um motorista especializado que repare uma conduta ou que um pedreiro possa soldar uma tampa de esgoto que possa infelizmente abater e provocar um acidente grave pois não.

Contrato de trabalho em Funções públicas, igual a insegurança de emprego e exploração agravada.

Os trabalhadores viram o seu direito a vinculo publico ser retirado, passando a condição de contratados, viram as suas carreiras serem destruídas, foram mais uma vez alvo de desrespeito. A administração publica deixou de poder contar com profissionais certificados e reconhecidos das demais atividades, Motoristas de veículos especiais, cantoneiros principais, jardineiros, assistentes administrativos especialistas, técnicos superiores e varias arias para ter tão simplesmente 3 carreiras que apenas proporciona ás administrações menos respeitadoras utilizar os trabalhadores para qualquer atividade mesmo que esta não seja da sua área de trabalho, polivalência dizia o governo de então.

No quadro do posicionamento remuneratório, desaparecem os índices e escalões, criada a tabela única que reduz salários.

Mas também o Siadap, faz parte do enxorrilho de atrocidades na vida laboral dos trabalhadores.

Fator de que este governo aproveitou para colocar com ordem de marcha um conjunto de trabalhadores, a iniciar com a mobilidade especial que é tão somente uma de forma pagar o subsídio de desemprego em jeito de conta gotas...

Os trabalhadores da administração pública em particular os das Autarquias hoje fazem muito com muito pouco, pois por menos salário realizam o mesmo trabalho.

São alvo preferencial nos cortes salariais mas também sofrendo com a proibição de contratação de novos quadros.

Defender os trabalhadores, é defender mais e melhores serviços públicos,

Coisa que não fez o deputado, Pedro Mota Soares do PSD hoje ministro deste Governo cito” Que reforma é esta? Esta reforma é tão somente a adaptação do Código do Trabalho, que o Partido Socialista votou contra na anterior legislatura, á Administração Publica.” Fim de citação, lembro que estávamos em 2009.

Já o Deputado Jorge Strecht, do partido Socialista e cito “...com este diploma fecha-se o arco da reforma da administração, que V. as, Srs deputados do PSD, disseram que não faríamos. Aliás, disseram também que o governo e a bancada do Partido Socialista recuaria e que eleitoralisticamente, não o faríamos, mas o que foi complicado é necessário fez-se e os senhores não tinham, nem tem razão” fim de citação.

Afinal em que ficamos dois partidos que mudam de opinião ora estão na situação ora estão na oposição.

Defender os trabalhadores, é defender mais e melhores serviços públicos, não é isso que os deputados do PSD e do PS tem feito no governo não é isso que os deputados municipais fazem no quadro municipal.

Falem verdade, os trabalhadores e as populações merecem verdade.”

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Perguntou ao presidente da câmara se pretendia responder.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, Rui Garcia

Informou que o índice de tecnicidade do município está dentro dos padrões normais para corresponder à grande diversidade de funções, onde não bastam trabalhadores operacionais, uma vez que não são só estes que estão na área da educação, das bibliotecas, da cultura, ou em qualquer área técnica, onde a presença de engenheiros mecânicos, civis ou outros, é indispensável para assegurar o funcionamento de uma estrutura desta dimensão e as respostas diversas nas áreas da água, do saneamento, da manutenção de vias e das obras.

Em relação aos arquitetos disse que não são apenas aqueles que estão a ver os processos de obras particulares, uma vez que temos arquitetos que fazem projetos e que dão apoio ao movimento associativo na feitura de projetos, temos arquitetos paisagistas que fazem projetos e acompanham a evolução dos espaços verdes, temos arquitetos que fizeram o “Programa de Reabilitação Urbana” para a zona de Alhos Vedros e para as que virão a seguir e temos arquitetos em cargos de chefia das unidades orgânicas. Portanto o número de arquitetos que temos corresponde a estas necessidades e felizmente não é possível que o número de trabalhadores das autarquias se altere em função das alterações conjunturais do volume de trabalho porque, apesar de todas as alterações prejudiciais às carreiras feitas nos últimos anos, têm um vínculo estável à administração e, independentemente de estarmos numa época de crise, as pessoas são trabalhadoras do município e continuam a sê-lo.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma **aprovada** por maioria com dezoito votos a favor da CDU; doze abstenções, 8 do PS, duas do BE, duas do PSD.

7 - Atos da Câmara

Intervieram os seguintes membros:

Sr. Presidente da União das Freguesias de Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Nuno Cavaco

Quis sublinhar a presença do executivo municipal junto das associações, das forças vivas do concelho, dos problemas existentes no concelho como a situação do tribunal e as questões da saúde, pelo que na sua opinião tem correspondido àquilo com que se comprometeu nas eleições, e está junto das pessoas e das instituições, com muitas reuniões e muitos pontos de situação à população, e portanto quis apresentar um grande louvor porque sabe o que custa fazer todo o trabalho autárquico e ainda ter disponibilidade para fazer este trabalho muito presente junto das nossas associações, e dizer que os resultados destas reuniões e destas presenças é muito valorizado por quem trabalha com o executivo, pois tem sido esse o *feedback* na junta de freguesia, pelo que quis dar os parabéns e dizer que acha que estão no caminho certo e que devem continuar assim.

Sr. Staline Rodrigues do PS

Recordou que começou por dizer que está desatualizado e isto porque durante os três anos a que presidiu à comissão administrativa tiveram apenas um arquiteto e um engenheiro.

Informou que a razão de estar como maior interveniente por parte do PS se prende com o facto de estar reformado, e perante a responsabilidade que assumiu talvez seja a pessoa com mais disponibilidade para estudar e estar em condições para ter uma palavra nalgumas das matérias.

Aproveitou a oportunidade para dizer que espera contribuir para uma aproximação da população aos órgãos autárquicos, que vem no sentido da defesa do município, sem nenhum sentido de revanche, mas sim de participação efetiva e sem complexos.

Srª Maria Dulce Marques do PS

Questionou o presidente da câmara sobre o porquê do parque de Alhos Vedros estar no estado em que está, no que diz respeito aos mosquitos e no que diz respeito ao mau cheiro. Considera que esta situação tem muitos anos, praticamente desde que o parque foi construído, pelo que nunca compreendeu porque é que não foi feita até ao momento, pelo menos que se apercebesse, qualquer intervenção.

Sr. Luis Chula do PS

Solicitou ao executivo, por julgar ser da sua responsabilidade, o favor de fazer a atualização no site da câmara das atas da assembleia municipal, atendendo a que última que lá está é do dia 19 de abril.

Questionou também a razão do porquê de, nesta época natalícia, parecer que as nossas praças e ruas estão de luto. Não percebe porque é que não há uma simples árvore de natal, que não precisa ter a

dimensão e o esplendor da que está nas escadas da câmara, bastava três ou quatro ripas com meia dúzia de luzes. Porque é que a Moita não festeja o Natal, é crime? Como é que podemos apoiar e fazer apelo para que o comércio local possa aproveitar o pouco dinheiro que as pessoas têm neste momento para fazer as suas compras se temos um aspeto lúgubre, um aspeto triste nas nossas ruas enquanto nos concelhos à nossa volta têm festa, iluminação, enfim.

Dirigiu-se ao presidente da câmara para dizer que pobres são os que precisam de comer, de ter uma casa e de ter roupa para se cobrir. Acudir a quem tem fome não é crime. Chamar-lhe caridade, caridadezinha ou solidariedade é “tinto”. Estender a mão a quem precisa não é crime e se as crises provocam pobreza acha que as autarquias devem tentar corrigir aquilo que os governos não conseguem fazer, ou não querem, mas admite que não conseguem fazer, pois não fica mal a ninguém nem caem os “parentes na lama”, nem à autarquia nem ao Sr. Presidente.

Sr. Carlos Albino do PS

Quis dizer que há pouco se ausentou da sala em sinal de protesto porque o debate que estava a ser levado a cabo e o tipo de linguagem utilizado não era condizente com o órgão que todos representam, e acha que não dignifica quem nele participa. Acha que devem ter um tipo de argumentação um pouco mais elevada e respeito uns pelos outros, até porque estão em época natalícia e seria bom esse gesto.

Disse que junto ao “Freira Bar” existe um equipamento para a prática desportiva que tem sido utilizado por muitos jovens para uma nova modalidade que é o “*street workout*”, ou seja, em vez de se dirigirem ao ginásio os jovens praticam os músculos com o próprio peso e corpo, sendo esta uma maneira saudável e económica de praticarem desporto. Esse espaço que já carecia de manutenção foi vandalizado há pouco tempo, e com mais um equipamento cujo nome técnico é “*monkey bars*” (barras), daria para exercer toda a prática da modalidade, pelo que deixou a sua aquisição à consideração do executivo.

Referiu ainda que na Praceta 1º de Dezembro na Baixa da Banheira, foi cortada uma palmeira mas deixaram ficar a parte das raízes, pelo que seria importante retirar o que falta porque os carros que lá estacionam para aceder à clínica de fisioterapia que lá existe por vezes chocam com a palmeira, atendendo a que esta foi cortada um pouco acima da linha do para-choques, e também por se tratar de um local apertado e com pouca visibilidade.

Referiu também que os taxistas no Vale da Amoreira solicitaram que fosse desbastado ou aparado o lancil de acesso à praça de táxis, pois já ocorreu cortarem o pneu danificando as jantes. Solicitaram também que fosse colocado ali um banco, se possível com algum resguardo, para que as pessoas que ali esperam possam ficar abrigadas do sol, do vento e da chuva.

Questionou o presidente da câmara sobre a obra que está a ser feita na rotunda do “cordas”, que em princípio seria feita em parceria com privados, pois são mais as vezes que vê lá funcionários da câmara e equipamentos da autarquia, pelo que gostaria de saber como se está a processar a obra, e se por alguma razão a obra passou na totalidade para a câmara ou se a parceria com os privados se mantém.

Terminou dizendo que há pouco não conseguiu tomar nota de quais os movimentos jovens, referidos pelo Sr. Presidente, que a autarquia tem apoiado.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Perguntou ao presidente da câmara se pretendia responder.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, Rui Garcia

Sobre o Parque das Salinas referiu que no ano passado houve uma intervenção de limpeza da linha de água que o circunda e das lagoas interiores, que visou retirar a acumulação de resíduos que lá existia por via dos problemas, inicialmente com o coletor de esgoto que vem da Cidade Sol, depois durante as obras da própria estação elevatória e a sua alteração em que houve derrames significativos para aquelas linhas de águas, em que havia uma grande acumulação, muitos maus cheiros e mosquitos, pelo que pensam que a intervenção efetuada resolveu boa parte desse problema, porque a circulação e a entrada de água processa-se com menos facilidade do que o que seria desejável, pelo que procurarão encontrar uma forma para que o sistema possa melhorar, intervindo e corrigindo o que for possível.

Quanto à questão da atualização das atas informou que vão verificar o que se passa e porque é que não está.

Considerou importante recordar ou informar quem não sabia que as luzes de natal que vinham sendo colocadas nas ruas, quer da baixa da Banheira quer da Moita, nos últimos anos já eram responsabilidade das juntas de freguesia. A câmara municipal no ano passado colocou alguma iluminação nas suas fachadas mas este ano houve algum atraso da parte do executivo a tratar disso, também fruto de alguma inexperiência. Com o início do novo mandato quando começaram a tratar os valores que foram apresentados pareceram excessivos e acabaram por encontrar melhor solução. Consideram importante que haja alguma animação, mas julgam que a questão da promoção no que se refere ao comércio local não se esgota nas luzes de natal, pois todos os *mupis* da autarquia estão ocupados com cartazes que apelam às compras no comércio local. Recordou que é tradicional que boa parte da animação, montras e espaços exteriores sejam da iniciativa dos próprios comerciantes, todavia compreendem que também para eles as dificuldades são muito grandes e que este ano haja uma visível diminuição dessa animação que é habitual acontecer noutros anos.

No que toca aos recados relativamente aos pobres e à caridade disse que não se referiu a outra coisa que não ao uso daquelas expressões que, efetivamente, lhe parecem o regresso ao passado. Disse que quando se fala de “solidariedade” tem um significado, quando se fala de “amigos dos pobres” estão num contexto diferente, porque ser “amigo dos pobres” é não haver desemprego, é haver prestações sociais efetivamente adequadas às situações existentes e teme que o significado que é dado a estes *rankings* de “amigos dos pobres” seja outro completamente diferente, e que seja um que se aproxima mais de conceitos que lhe parecem não ser os da solidariedade. E foi apenas a isso que se referiu, não foi à pobreza nem foi à necessidade de apoiar e haver prestações sociais, e de haver intervenção social, referiu-se apenas a estas expressões que vão entrando num léxico comum e que efetivamente trazem associados conteúdos que são verdadeiramente um regresso ao passado.

Sobre a questão dos equipamentos que foram vandalizados informou que vão repor os que existiam, aferirão se se justificam outros, e disse que ao longo de toda esta linha do percurso pedonal e ciclável existe um vasto conjunto de equipamentos de exercício aqui na Marginal, e portanto terão de avaliar, por via do frequente vandalismo daquela zona, e equacionar muito bem a colocação de mais equipamentos, porque estão a incorrer sucessivamente em custos com a sua reposição.

No que toca à questão da raiz da palmeira informou que não é assim tão simples, porque retirar raízes de árvores com aquela dimensão e antiguidade significa destruir uma boa parte do pavimento em volta, pelo que são processos que já envolvem custos elevados de reposição, eventualmente pode-se até correr o

risco de danificar algumas das estruturas de subsolo que ali passam, e portanto algumas vezes não têm procedido, pelo menos logo, à retirada das raízes.

Concluiu dizendo que vão avaliar a questão dos taxistas e sobre a rotunda do “cordas” informou que as parcerias que estavam estabelecidas tinham a ver com uma empresa que efetuou a pavimentação, a calçada e o lancil em torno da rotunda e a modelação das terras, e existe uma outra empresa que vai fornecer todo o material necessário à iluminação e redes de rega. A câmara municipal assegurou já a execução do maciço que vai suportar a peça e vai depois efetuar o arranjo da zona.

Srª Filomena Ventura do PS

Questionou o presidente da mesa da assembleia municipal sobre o requerimento que entregou na última assembleia municipal, por referência sua que mencionou um parecer jurídico, ao abrigo do estatuto da oposição e solicitou com carácter de urgência que lhe fosse dado esse parecer. Gostava de saber para quando se prevê a entrega desse parecer uma vez que, legalmente, há prazos para cumprir.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Lobo

Informou que esta questão devia ter sido colocada no período antes da ordem do dia e não nos “Atos da Câmara”, todavia disse que o que havia entendido é que o requerimento que tinha sido feito tinha presente uma questão objetivamente ligada com o conteúdo dos pontos da ordem de trabalhos, pelo que a partir da altura em que a assembleia decidiu alterar a denominação dos pontos, entendeu que já não faria qualquer sentido, uma vez que o requerimento era para o parecer jurídico que tinha sido transmitido do ponto de vista verbal sobre a terminologia utilizada, e o seu objeto já estava alterado.

Srª Filomena Ventura do PS

Disse que, para ficar em ata, agradece a resposta por escrito, uma vez que o presidente lhe perguntou se ainda queria o parecer jurídico. Obviamente que tem razão porque não ficou em ata, mas respondeu do seu lugar que embora não percebesse muito de pareceres jurídicos porque não é a sua área gosta sempre de os ler.

Quis ainda dizer que não fez esta intervenção nos Atos da Câmara, pois do seu lugar perguntou se podia fazer uma pergunta ao presidente da assembleia.

Foi lida a ata da presente sessão em minuta para efeitos imediatos tendo a mesma sido aprovada por unanimidade com vinte e seis votos.

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a sessão, era uma hora e cinquenta e seis minutos do dia vinte e um de dezembro de 2013.

O Presidente

O 1º Secretário

A 2ª Secretária